



2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)



2.1 INSERÇÃO REGIONAL

O Estado de Rondônia tem origem no Território Federal do Guaporé, criado em 1943 a partir do desmembramento de áreas do Amazonas e Mato Grosso, conforme o [Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943](#) (BRASIL, 1943)¹; depois, por força da [Lei nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956](#) (BRASIL, 1956)², seu nome foi alterado para Território Federal de Rondônia. Passou a Estado por meio da [Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981](#) (BRASIL, 1981)³. A região foi atravessada por intensos processos de exploração do látex da seringueira e de minerais preciosos, bem como se reconfigurou por meio da colonização agrária induzida; atualmente vem avançando no desenvolvimento da agropecuária, especialmente com a pecuária de carne e leite.

A dimensão territorial atualizada de Rondônia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2017)⁴, é de 237.765,376 km², que o situa como o 13º maior Estado do Brasil, com cerca de 2,79% do território nacional. No Norte, é o 4º maior Estado, com pouco mais de 6% da região. Faz parte da Amazônia legal e tem divisa com Bolívia, Acre, Amazonas e Mato Grosso. É constituído por 52 municípios, conforme a Figura 06, dentre os quais os dois maiores são Porto Velho e Guajará-Mirim.

Possuía, em 2010, de acordo com o Censo do IBGE (BRASIL, 2017)⁵, 1.562.409 habitantes, enquanto a população estimada para 2017 é de 1.787.279. A densidade era, portanto, de 6,58 hab/km², e chega a mais de 7,5 hab/km² com base na estimativa presente. Comparativamente, possui baixa densidade populacional, mas que vem se acentuando gradativamente, com maior concentração na capital e nos municípios atravessados pela Rodovia BR-364, de maior expansão da agropecuária e de geração de negócios, emprego e renda.

De acordo com Lima e Veloso (2001, p. 158)⁶, o Estado se caracteriza por um clima “[...] predominantemente equatorial úmido (convergência dos alísios), com transição para tropical na porção sul do estado”, em que se observam duas estações bem marcadas: verão com muita chuva e inverno bastante seco, mas com curto período de frio. Os planaltos, *inselbergs* e, em menor área, as planícies são os elementos predominantes do relevo, segundo os mesmos autores, que consideram ainda a

¹ Presidência da República. [Decreto-Lei 5.812](#): Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Brasília: a Presidência, 1943.

² [Lei 2.731](#): Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. Brasília: a Presidência, 1956.

³ [Lei complementar 41](#): cria o Estado de Rondônia, e dá outras providências. Brasília: a Presidência, 1981.

⁴ BRASIL. IBGE. [Estados](#). 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

⁵ BRASIL. IBGE. [Estados](#). 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

⁶ LIMA, F. R.; VELOSO, O. G. [O espaço da sociedade rondoniense](#): noções do meio natural e do meio geográfico. Ensino Médio. Porto Velho, 2001.

presença de manchas de solo rico para agricultura em algumas áreas, mas em outras não, embora a agropecuária venha sendo praticada indiscriminadamente ao longo das áreas já desmatadas. Neste cenário, existe uma preocupação com o uso predatório de recursos naturais, como solos e águas, e com a expansão da fronteira agrícola sobre as áreas de preservação ou uso sustentado, conforme se observa no Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado (RONDÔNIA, 2010)⁷.

7 RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. **Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia**: planejamento para o desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Porto Velho: Sedam, 2010.
8 FIERO. **Rondônia: Perfil socioeconômico industrial** 2003. Porto Velho: Fiero, 2003.



Figura 06 - Mapa de Rondônia
Fonte: Fiero (2003, p. 18)⁸

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

⁹ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, 1990.

¹⁰ Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília: MIN, 2005a.

¹¹ FRANZIN, S. F. L. **Modelo de gestão, tecnologia e políticas públicas: o IFRO e o Desenvolvimento Regional em Rondônia**. 2016. 450p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) — Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016. (Tese qualificada).

¹² BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, 1990.

¹³ LIMA, F. R.; VELOSO, O. G. **O espaço da sociedade rondoniense: noções do meio natural e do meio geográfico**. Ensino Médio. Porto Velho, 2001.

Estes municípios são organizados em duas Mesorregiões, a Madeira-Guaporé e a Leste Rondoniense, que se compõem de oito Microrregiões, duas na primeira Mesorregião (Porto Velho e Guajará-Mirim) e seis na segunda (Ariquemes, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Cacoal, Vilhena e Colorado do Oeste).

O quadro a seguir indica esta distribuição, que é feita pelo IBGE (BRASIL, 1990)⁹ e tomada como referência para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (MI) (BRASIL, 2005; 2012)¹⁰. A maior densidade demográfica está concentrada na Microrregião 4, de Ji-Paraná, que engloba onze municípios, quatro dos quais na rota da BR 364; a menor densidade é a da Microrregião 2, de Guajará-Mirim, com apenas três municípios e em um espaço com grande número de terras indígenas e outras áreas de preservação ambiental ou uso sustentado.

MESORREGIÕES	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
MADEIRA-GUAPORÉ	1. PORTO VELHO	Porto Velho, Nova Mamoré, Buritis, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Cujubim e Itapuã do Oeste
	2. GUAJARÁ-MIRIM	Guajará-Mirim, Costa Marques e São Francisco do Guaporé
LESTE RONDONIENSE	3. ARIQUEMES	Ariquemes, Machadinho d'Oeste, Rio Crespo, Alto Paraíso, Cacaúlândia, Monte Negro e Vale do Anari
	4. JI-PARANÁ	Ji-Paraná, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Governador Jorge Teixeira, Mirante da Serra, Nova União, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso
	5. ALVORADA DO OESTE	Alvorada, Nova Brasilândia do Oeste, São Miguel do Guaporé e Seringueiras
	6. CACOAL	Cacoal, Alta Floresta do Oeste, Espigão do Oeste, Rolim de Moura, Santa Luzia do Oeste, Alto Alegre do Parecis, Novo Horizonte do Oeste, Castanheiras e Ministro Andreazza
	7. VILHENA	Vilhena, Pimenta Bueno, Chupinguaia, Parecis, Primavera de Rondônia e São Felipe do Oeste
	8. COLORADO DO OESTE	Colorado, Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara e Pimenteiras do Oeste

Quadro 01 – Meso e microrregiões de Rondônia

Fonte: Franzin (2016)¹¹, com base nos dados do IBGE (BRASIL, 1990, p. 21)¹² e de Lima e Veloso (2001, p. 45)¹³

¹⁴ Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília: MIN, 2005a.

¹⁵ Conferência de Desenvolvimento Regional: Documento de Referência. Brasília, 2012b.

Estas Microrregiões são divididas por tipologias, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do MI (BRASIL, 2005; 2012)¹⁴, para tratar das condições de desenvolvimento e a necessidade de políticas de intervenção. A figura a seguir demonstra essas tipologias.

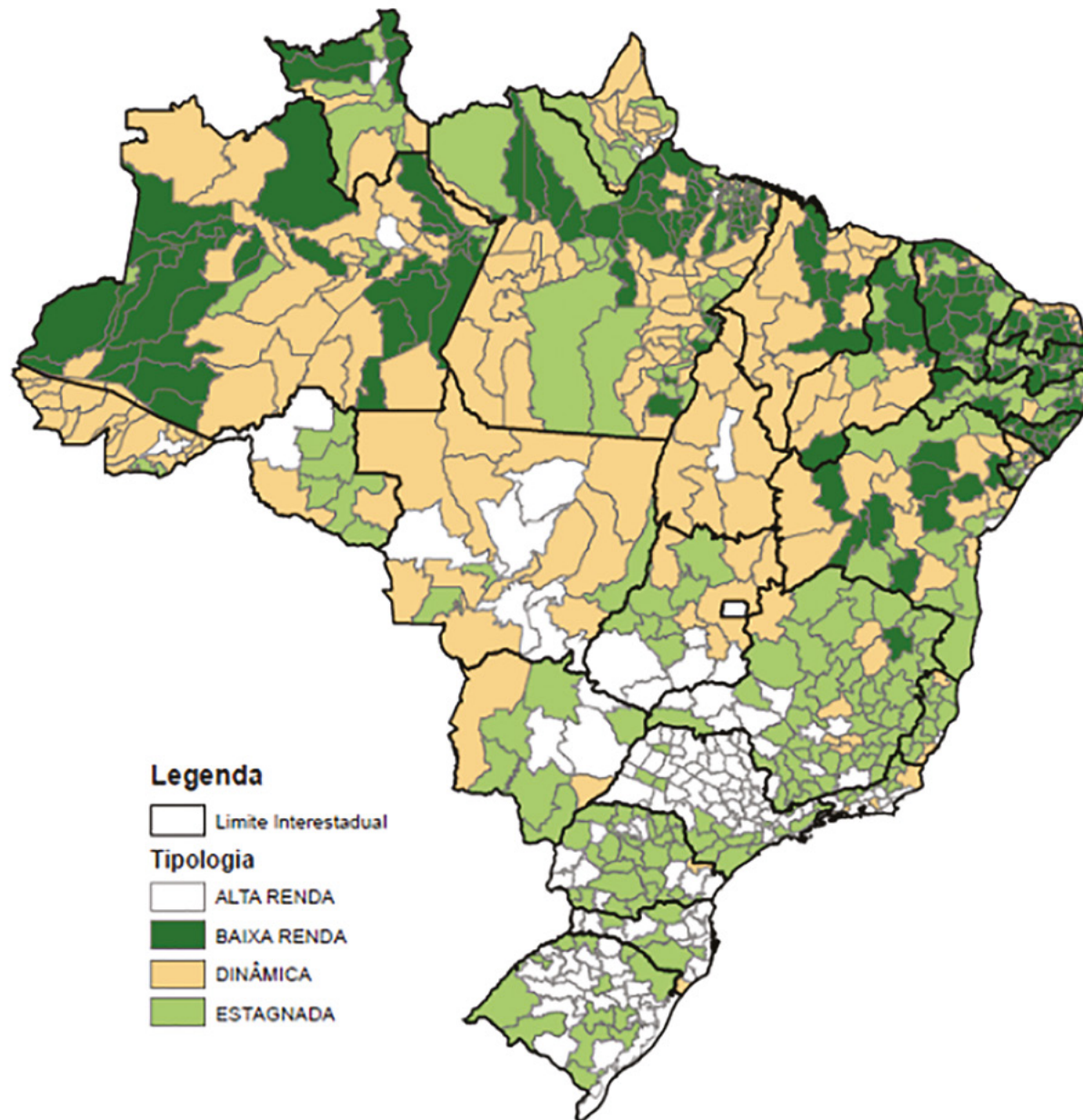


Figura 07 – Tipologias das microrregiões na PNDR
Fonte: MI (BRASIL, 2012)¹⁵

16 | Conferência de Desenvolvimento Regional: Documento de Referência. Brasília, 2012b.

17 BRASIL. IBGE. Estados. 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

18 | Conferência de Desenvolvimento Regional: Documento de Referência. Brasília, 2012b.

19 BRASIL. IBGE. Estados. 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>>. Acesso em: 20 de maio de 2017

Áreas dinâmicas são aquelas com elevado potencial de desenvolvimento, mas que ainda não se desenvolveram conforme suas capacidades, enquanto aquelas estagnadas são as que precisam de mais investimentos e inovação para a abertura de alternativas. Observa-se que as Microrregiões atravessadas pelo eixo da BR-364 são consideradas estagnadas, enquanto Guajará-Mirim, por exemplo, fora do eixo, não é incluída nesta tipologia. Há necessidade de atualizar estudos a respeito, mas, de todo modo, o Relatório da Conferência Nacional sobre o Desenvolvimento Regional (CNDR), do MI (BRASIL, 2012, p. 77)¹⁶ orienta que é preciso “[...] definir políticas de incorporação das áreas de baixo dinamismo ou estagnadas ao processo de desenvolvimento regional”. Orienta também para que sejam consideradas sub-regiões neste processo, a fim de reduzir as generalidades no contexto de uma abrangência maior, como das Microrregiões. Neste contexto, é importante observar as oportunidades, forças, fraquezas e ameaças de todas as regiões, inclusive as de alta renda, seja para superar necessidades ou para fortalecer o desenvolvimento.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, de acordo com o IBGE (BRASIL, 2017)¹⁷, concentrava-se com 73,39% nos serviços, 20,51% na agropecuária e 6,10% na indústria. Observa-se, portanto, que a representação da agropecuária é mais de três vezes a da indústria, justificando um cenário que cotidianamente é afirmado na região. A apuração do PIB per capita, que favorece melhor as políticas de intervenção contra as distorções inter e intrarregionais, conforme demonstra o relatório da CNDR, do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2012)¹⁸, pode ser expressa por meio da Figura 08, em que se observa uma grade irregularidade de distribuição do PIB. O valor médio per *capita* de Rondônia é de R\$ 14.685,574 contra R\$ 24.121,00 no país, para o mesmo ano de 2012, conforme os dados do IBGE (BRASIL, 2017)¹⁹. Os menores valores são localizados nas Microrregiões de Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná e Alvorada do Oeste, que são mais centrais em sua maioria, enquanto nas porções noroeste e sudeste são mais expressivos, principalmente na porção sudeste.

A relação do PIB com o fator idade é muito importante, para melhor regular as políticas de emprego e formação acadêmica, por exemplo. Observa-se que Rondônia possuía, no censo do IBGE de 2010, cerca de 30% das pessoas com idades entre 10 e 24 anos, em um total próximo de 500 mil pessoas. Esta faixa de idade, especialmente dos 14 aos 24 anos, compreende o maior volume de demandas por formação regular a ser oferecida pelo IFRO.

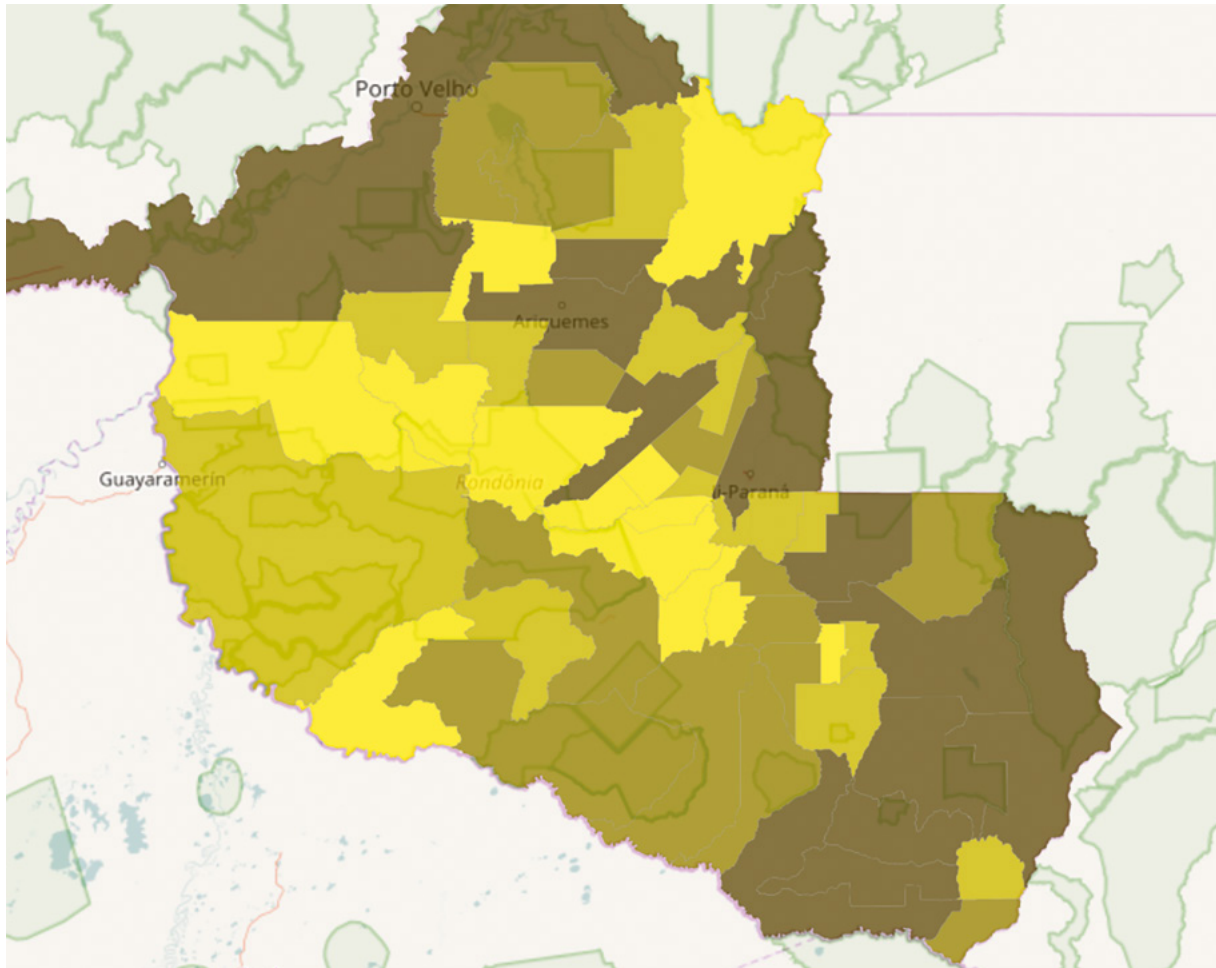


Figura 08 – Mapa das representações do PIB per capita em Rondônia, por Município, em 2012

Fonte: IBGE (BRASIL, 2017)²⁰

O Índice de Desenvolvimento Humano por Município (IDHM) em Rondônia, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)²¹, foi de 0,690 em 2010 e não há uma avaliação mais recente ainda. O fator educação é o menos expressivo (0,577), abaixo da renda (0,722) e da longevidade (0,800). Segundo o IBGE (BRASIL, 2017)²², dentre toda a população, 31,92% estudavam. A população de jovens de 15 a 17 anos, cuja idade é regular para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, compreendia 6,14% do total na faixa, dos quais 4,93% estudavam; entre os jovens de 18 a 24 anos,

²⁰ BRASIL. IBGE. **Estados**. 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>>. Acesso em: 20 de maio de 2017

²¹ ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Rondônia**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/rondonia>. Acesso em: 11 nov. 2015.

²² BRASIL. IBGE. **Estados**. 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>>. Acesso em: 20 de maio de 2017

3,78% estudavam, para uma fração de 13,50% da população na faixa. Ou seja, apenas 28% destes jovens estavam estudando; entre os de 15 a 17 anos, eram 80% os matriculados. Os indicadores revelam o baixo alcance da formação de nível médio e superior no Estado.

Outros dados, como da relação entre taxa bruta e taxa líquida de matrícula, de matrículas nos cursos de educação profissional e outros também são importantes neste cenário e influem no planejamento da oferta de serviços pelo IFRO nos *campi* e polos de apoio ou de atendimento em educação a distância.

Foram implantados 8 (oito) *campi* nas cidades de Porto Velho (dois), Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim, além de um novo *campus* em Jaru e 23 polos de educação a distância, com maior concentração ao longo da BR-364, onde se localizam cidades de maior densidade populacional e maior volume e dinâmica de negócios. Observa-se, todavia, que já existe uma interiorização, com perspectiva de ampliação.

O IFRO se insere no Estado de Rondônia como uma Instituição de grande representatividade para as demandas da sociedade. Essas demandas não se limitam ao fator econômico, envolvem também as questões ambientais, sociais e culturais. Uma de suas linhas de atuação está voltada para o fortalecimento dos APLs, ao lado de outras para o incentivo do empreendedorismo de novos negócios, a inovação e a superação de problemáticas em geral da região. De acordo com dados de Franzin (2016)²³, os APLs do Estado foram mapeados conforme o quadro a seguir, por meio da metodologia de identificação do quociente locacional e volume de negócios (envolvendo taxas de emprego na indústria), do índice de especialização (envolvendo a produção relativa na agropecuária) e da representação percentual do emprego e da produção.

²³ FRANZIN, S. F. L. **Modelo de gestão, tecnologia e políticas públicas: o IFRO e o Desenvolvimento Regional em Rondônia**. 2016. 450p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) — Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016. (Tese qualificada).

Nº	APLS	MICRORREGIÕES
PRODUTOS DE EXTRAÇÃO VEGETAL E MINERAL E SILVICULTURA		
	PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE	Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, Jaru
	MADEIRA EM TORA DE EXTRAÇÃO VEGETAL	Porto Velho, Ariquemes, Vilhena, Colorado do Oeste
	EXTRAÇÃO DE MINÉRIO DE ESTANHO	Ariquemes
	SILVICULTURA	Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste
LAVOURAS TEMPORÁRIAS		
	HORTICULTURA: TOMATE	Ji-Paraná, Cacoal, Colorado do Oeste
	CULTURA DO AMENDOIM	Porto Velho, Colorado do Oeste
	MANDIOCULTURA	Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Jaru, Cacoal
	RIZICULTURA	Ariquemes, Alvorada, Colorado do Oeste
	PRODUÇÃO DE FEIJÃO	Ji-Paraná, Cacoal
	PRODUÇÃO DE MILHO E SORGO	Cacoal, Vilhena e Colorado do Oeste
	PRODUÇÃO DE SOJA	Vilhena, Colorado do Oeste
	PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR	Colorado do Oeste
LAVOURAS PERMANENTES		
	FRUTICULTURA	Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Jaru, Alvorada do Oeste, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste
	CAFEICULTURA	Ariquemes, Alvorada do Oeste, Cacoal
	PRODUÇÃO DE CONDIMENTOS: PIMENTA-DO-REINO E URUCUM	Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Alvorada, Cacoal, Colorado do Oeste
	PRODUÇÃO DE PALMITO	Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Colorado do Oeste.
PECUÁRIA: PEQUENOS ANIMAIS		
	APICULTURA	Ariquemes, Ji-Paraná, Jaru, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste
	PISCICULTURA	Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Jaru, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste

Nº	APLS	MICRORREGIÕES
	AVICULTURA	Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Jaru, Alvorada do Oeste, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste
	SUINOCULTURA	Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Jaru, Alvorada do Oeste, Cacoal, Colorado do Oeste
PECUÁRIA: MÉDIOS E GRANDES ANIMAIS		
	PECUÁRIA DE CARNE E LEITE: BOVINOCULTURA, CAPRINOCULTURA E OVINOCULTURA	Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Jaru, Alvorada do Oeste, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste
MADEIRA, MÓVEIS E CONSTRUÇÃO CIVIL		
	MADEIRA E MÓVEIS	Guajará-Mirim, Ariquemes, Alvorada do Oeste, Cacoal, Vilhena.
	CONSTRUÇÃO CIVIL	Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste
	CERÂMICA NÃO REFRAATÁRIA	Cacoal, Vilhena
OUTROS SETORES		
	GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Porto Velho
	ARTESANATO	Estado

Quadro 02 – Distribuição simplificada dos APLs de Rondônia, segundo dados da RAIS/2012 e do IBGE/2013
Fonte: Franzin (2016)²⁴, com dados do IBGE (BRASIL, 2013) e RAIS/MTE (BRASIL, 2014)

²⁴ FRANZIN, S. F. L. *Modelo de gestão, tecnologia e políticas públicas: o IFRO e o Desenvolvimento Regional em Rondônia*. 2016. 450p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) — Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016. (Tese qualificada).

A grande maioria dos APLs no campo do extrativismo e da produção agropecuária justifica, em parte, a existência de três *campi* de perfil agropecuário no IFRO. No conjunto dos *campi*, a formação vertical envolve os cursos técnicos de nível médio, de graduação e pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados); na linha horizontal são oferecidos os cursos de extensão e de formação inicial e continuada; transversalmente, o IFRO oferece pesquisa e extensão em suas mais diversas categorias e modalidades, envolvendo serviços de incubadoras, extensão técnica e tecnológica, certificação de competências, assistências e assessorias, transferências de tecnologia e difusão científica e cultural.

O *campus* Porto Velho Calama oferta cursos na área de edificações, eletrotécnica, química e informática; o *campus* Porto Velho Zona Norte oferta cursos na área de gestão e negócios e informação

e comunicação; os *campi* Ariquemes, Cacoal e Colorado do Oeste possuem viés agropecuário; o *campus* Vilhena oferta edificações e arquitetura, eletromecânica e informática; o *campus* Guajará-Mirim oferta cursos e saúde, e o *Campus* Jaru oferta cursos nos eixos de gestão e negócios e segurança, mas com planejamento de expansão para cursos com viés agrícola e de produção alimentícia. Embora os *campi* tenham um perfil principal de atendimento, todos eles diversificam sua oferta de cursos e serviços para atendimento às necessidades. A pesquisa de demanda, por meio do Observatório do IFRO, é uma estratégia de melhor conformação das unidades aos perfis socioeconômicos existentes. A Instituição tem procurado ampliar sua inserção regional com a participação plena de seus servidores e o envolvimento extensivo da sociedade rondoniense.

2.2 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

2.2.1. PRINCÍPIOS DIRETRIZES

A política de internacionalização do IFRO está voltada para o apoio às ações de ensino, pesquisa, inovação, e extensão desenvolvidas na instituição. Como essas ações estão alinhadas com as demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, bem como com as demandas prioritárias do país nas áreas de atuação da Instituição, as ações de internacionalização impactam diretamente no desenvolvimento educacional, profissional e científico. O objetivo final é a elevação da competitividade tecnológica e o desenvolvimento socioeconômico do estado de Rondônia.

A mobilidade internacional de estudantes e de servidores é uma ação importante da política de internacionalização, voltada para a formação profissional, científica, técnica e cidadã do indivíduo, bem como para a melhoria da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão ofertadas pela instituição.

O Programa de Internacionalização da Pesquisa, Ensino e Extensão – Pipeex possibilitou, até 2017, a participação de 65 (sessenta e cinco) alunos do IFRO em mobilidade em Portugal (Instituto Politécnico do Porto – IPP e Instituto Politécnico de Bragança – IPB), na Argentina (*Universidad Nacional de La Plata* - UNLP) e na Colômbia (*Universidad Nacional de Colombia* - UNAL). Esses alunos realizaram atividades de pesquisa e estágio em sua área de formação e estão apoiando, em seu regresso ao IFRO, o fomento à pesquisa e à extensão. Adicionalmente, iniciou-se a mobilidade de servidores, com a participação de uma servidora como tutora de alunos menores e pesquisadora no IPP.

Entre 2018 e 2022, o Pipeex tem como meta a participação de pelo menos mais 65 alunos em mobilidade internacional. Pretende ampliar também o número de países e instituições internacionais de destino, tanto para alunos como para servidores.

Desta forma, o IFRO tem fomentado a realização e execução de parcerias com instituições estrangeiras, com reconhecida competência na oferta de ensino, desenvolvimento de pesquisa e inovação, e transferência tecnológica nas diversas áreas de atuação do Instituto e de interesse para o Brasil. Visa-se atender também ao princípio constitucional que rege as relações internacionais do Brasil, que busca “a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (Brasil, CF, 1988). Assim, a cooperação com instituições de outros países da América Latina, como Chile, Peru e Uruguai, é meta do IFRO. Além dos países da América Latina, o IFRO tem como objetivo firmar acordos com instituições da França, da Finlândia, do Canadá e dos Estados Unidos.

O Pipeex também tem como meta fomentar o recebimento de alunos e pesquisadores estrangeiros no IFRO para realização de estudos, pesquisas, estágios e capacitação, entre outras ações. Desta forma, a publicação de um edital por semestre para a participação de alunos e pesquisadores estrangeiros em projetos de ensino, pesquisa e extensão do IFRO é uma ação em andamento. Busca-se atrair esse público através da Chamada de Projetos semestral, que criará um banco de dados de projetos institucionais a ser disponibilizado para os parceiros internacionais.

Adicionalmente, o IFRO tem buscado participar, de forma efetiva, dos programas e ações

governamentais, a exemplo do Programa e-Tec Idiomas, do Programa Idiomas sem Fronteiras e do Programa Leitor Francês, entre outros, que objetivam a inserção da comunidade interna no contexto de internacionalização, viabilizada pelo aprendizado de uma língua estrangeira e pela mobilidade internacional, para realização de atividades de formação, estágio, pesquisa e desenvolvimento em instituições estrangeiras.

O principal obstáculo à participação dos servidores e, principalmente, de alunos do IFRO nos programas de mobilidade internacional é o domínio do idioma dos países de destino, especialmente os de língua inglesa. Desse modo, há a necessidade de dar suporte à implantação do Centro de Idiomas em todos os *campi*. Essa ação demanda claramente um investimento em estrutura física, bem como em recursos humanos e pedagógicos, para que, de fato, o ensino de idiomas se estabeleça de forma contínua e ininterrupta nos *campi*.

2.2.2. DEFINIÇÃO, CONTEXTO E RESULTADOS OBTIDOS

Entre os anos 2013 e 2017, o IFRO estabeleceu parceria com diversas instituições estrangeiras com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e inovação tecnológica.

Como resultado, foram efetivadas parcerias entre o IFRO e o *Royal Belgian Institute of Space Aeronomy* (BIRA-IASB), da Bélgica, por meio das quais foi instalado um laboratório no *campus* Porto Velho Calama para a realização de pesquisas conjuntas sobre a produção de gases de efeito estufa na Amazônia.

Foi firmada, também, parceria entre o IFRO e o *International Center for Numerical Methods Engineering* – CIMNE, instituição vinculada à Universidade da Catalunha, em Barcelona, na Espanha. Por meio dessa parceria, foi implantada a Sala IFRO-CIMNE no *campus* Porto Velho Calama, onde servidores e alunos do IFRO desenvolvem, em conjunto com pesquisadores de outros países, atividades de formação de pessoal e de pesquisa e desenvolvimento de modelagem matemática e computacional para aplicação nas áreas ambientais e industriais.

O IFRO firmou parceria também com a Universidade do Porto, a Universidade de Lisboa, o Instituto Po-



litécnico do Porto e o Instituto Politécnico de Bragança, todos em Portugal; com a *Universidad Nacional de Colombia* (Colômbia), a *Universidad Autónoma del Beni* (Bolívia), a *Universidad Nacional de La Plata* (Argentina), entre outras instituições.

O IFRO implantou, na ARINT, o Núcleo de Internacionalização do IFRO – NII, que tem a atribuição de planejar, propor e coordenar as ações de internacionalização das ações de Pesquisa, Inovação, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do Instituto. Foi através do NII que se implantou o Programa de Internacionalização da Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRO – Pipeex, através do qual alunos e servidores podem cursar semestres letivos, realizar estágios, atividades de pesquisa, visitas técnicas, capacitação e outras ações em instituições estrangeiras com as quais o Instituto já assinou termos de cooperação técnico-científica. O Pipeex também busca financiamento de agências e instituições externas para a realização de mobilidade internacional. Essas ações e iniciativas demonstram que a política de internacionalização do IFRO já está em andamento.

Como próxima ação, para o maior desenvolvimento da internacionalização no IFRO, será desenvolvido o projeto “IFRO sem Fronteiras”, com o objetivo de revisar e estabelecer políticas de intercâmbio nacional e internacional para servidores e alunos, maximizando os resultados institucionais quanto ao tema. Outras ações serão detalhadas no Plano de Ação, anexo a este PDI.



2.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

2.3.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

O processo de apropriação e construção do conhecimento, a organização coletiva do trabalho em sala de aula e o relacionamento interpessoal são elementos fundamentais que se constituem na unidade do trabalho pedagógico.

Neste contexto, os princípios filosóficos estão delineados no sentido de dar ao indivíduo uma instrumentalização técnica (o aprender a fazer) capaz de vencer os desafios do mundo do trabalho caracterizados pelo elevado avanço tecnológico, pela exigência de dinamismo nas relações interpessoais e disposição para efetuar mudanças consistentes, visando ao interesse da coletividade. Neste processo, estimula-se a interdependência desse indivíduo com seus pares (o aprender a viver juntos), suscitando sua valorização pessoal no convívio com as diversidades culturais a partir dos interesses comuns e do respeito com as diferenças. Tudo isso é conduzido para alcançar a meta principal, que é o desenvolvimento integral do indivíduo (o aprender a ser) enquanto pessoa, a partir da prática de sua cidadania, com vistas ao contínuo conhecimento de si mesmo, para que ele possa aprender a aprender.

2.3.2 DEFINIÇÃO, CONTEXTO E RESULTADOS OBTIDOS

A aprendizagem é aqui entendida como a incorporação de novas formas de relacionar-se com a realidade. Portanto, é um processo de educação que tem como intenção oferecer a possibilidade de desenvolver um conjunto determinado de novos conhecimentos e aptidões, orientadas a transformar a

realidade que os rodeia. Desta forma, o sujeito deve estar bem definido, conceituado. É necessária uma clara caracterização da situação do objeto do ensino no contexto no qual se pretende atuar. Isso leva à necessidade do entendimento dos conteúdos e métodos dos programas de ensino, os quais devem ser coerentemente definidos em função da aprendizagem que se pretende promover, e há que se fundamentar tanto nos meios de aprendizagem existentes como no papel que deverá o sujeito social cumprir dentro de determinado projeto da sociedade.

Exatamente por esse grau de abrangência, o IFRO estabelece como princípios teórico-metodológicos:

- A flexibilidade para instituir itinerários de formação que permitam um diálogo rico e diverso em seu interior;
- A integração dos diferentes níveis da educação básica e do ensino superior, da educação profissional e tecnológica;
- A oferta de educação continuada como aspecto decorrente da dinâmica da realidade produtiva;
- A promoção de agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho e a discussão dos princípios e tecnologias concernentes àquela;
- A utilização de metodologias didáticas ativas para desenvolver a postura crítica, ética, solidária e criativa dos alunos;
- A implementação de tecnologias articuladas com os diversos saberes de natureza teórico-prática;
- A oportunidade de reflexão sobre o conjunto da diversidade da sociedade brasileira atual;
- As propostas pedagógicas dos cursos construídas na perspectiva da interação disciplinar e interdisciplinar;
- Um currículo que articule projetos transdisciplinares e ações disciplinares.

Neste contexto, o trabalho pedagógico em toda a sua dimensão é configurado pelos sujeitos diretos do processo educativo, o professor e estudante, pelo apoio técnico pedagógico, realizado por equipe multiprofissional, e pela concepção de currículo e seus elementos estruturantes, culminando com a concepção de avaliação no processo educativo.

Em relação aos sujeitos diretos do processo educativo, o professor é entendido como educador com

uma visão holística de homem, com o ideário de que o conhecimento não é algo pronto e acabado, e que tem como responsabilidade o intercâmbio entre o conhecimento e o estudante a partir do seu fazer pedagógico. O estudante, por sua vez, é entendido como sujeito agente que constrói os conhecimentos por meio de relações interpessoais e do exercício de operações mentais exigidas nessas relações para o aprender significativo.

O apoio técnico pedagógico, realizado por pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais, é caracterizado pela ação e intervenção direta de assessoramento ao processo educativo para sua implementação, complementação e atendimento às necessidades específicas, com vistas à ampliação das condições de permanência e êxito no processo educativo.

Para uma proposta de ação educativa ampla e integrada, que visa à formação para o exercício pleno da cidadania e para o mundo do trabalho, a concepção de currículo e seus elementos estruturantes transcendem a tradicionalidade da mera distribuição de componentes curriculares, em uma matriz a serem ministrados com determinada carga horária, para serem entendidos como uma prática pedagógica resultante da interação e confluências das estruturas políticas, administrativas, econômicas, culturais, sociais, escolares, entre outras, que apresentam interesses concretos e responsabilidades a serem compartilhadas ao longo do processo²⁵. Para a confluência dessas várias estruturas em busca da construção de competências técnicas e políticas requeridas ao profissional que ensejamos formar, a organização de um currículo envolve saber, numa perspectiva política, qual conhecimento deve ser ensinado, quais as finalidades desse conhecimento, a quem ele se destina e a quem ele interessa.

²⁵ PACHECO, José A. *Escritos Curriculares*. Campinas-SP: Cortez, 2006

A avaliação, no IFRO, permeia o processo educativo e seus resultados e o empenho da instituição no atingimento de sua missão. Em se tratando do processo educativo, a avaliação transcende a concepção tradicional de avaliação como processo de mensuração, comparação e classificação, e é entendida como um processo contínuo e concomitante às atividades do cotidiano do aluno, sendo um recurso metodológico de reorientação do processo ensino-aprendizagem, cujo papel é diagnosticar as facilidades e as dificuldades dos alunos, como também servir de instrumento para o educador

aperfeiçoar seu trabalho pedagógico, com foco na garantia da qualidade de ensino. Desta forma, permitirá ao professor oportunizar ao estudante a reelaboração e ressignificação de um conhecimento com vistas à construção de outros, ajudando-o a identificar suas falhas, seus pontos fortes e fracos, transformando-se num diagnóstico da aprendizagem por ele realizada, cuja função precípua não é a atribuição de nota, mas apontar para progressos e auxiliar na superação dessas dificuldades. Nessa perspectiva, a avaliação significa encaminhar-se para um processo dialógico, cooperativo, interativo, em que professor e aluno aprendem juntos, o que possibilita a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos.

A avaliação, em sua magnitude, é concebida como um processo natural e essencial de construção e reconstrução por proporcionar uma constante análise do percurso e possibilidades de recondução e transformação. Nesta perspectiva e visando atingir os objetivos educacionais a que se propõe, o IFRO adota uma política de avaliação em prol da qualidade de educação em todos os níveis. Os componentes e resultados das avaliações realizadas pelos sistemas nacionais de avaliação, que consideram a Instituição em sua totalidade, os cursos e o desempenho dos estudantes (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM), servem de base para análise da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e também para a prospecção de novos cursos. A partir da efetivação de um sistema nacional para avaliação dos cursos técnicos, este se integrará aos demais, com o mesmo propósito de fortalecimento dos processos educativos da Instituição.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem papel importantíssimo nesse processo, pois tem por finalidade conduzir e sistematizar os processos de Avaliação Institucional segundo critérios estabelecidos pelo SINAES, objetivando “a melhoria da qualidade da educação, a orientação da expansão da oferta de ensino, o aumento permanente de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especificamente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da Instituição, por meio da valorização da missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional”²⁶.

²⁶ BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm>. Acesso em: 5.06.2017.

Essas informações são essenciais para a constituição de um currículo entendido como instrumento de mediação para o domínio do conhecimento científico; para o desenvolvimento do pensamento lógico, construtivo e criativo; para a formação de atitudes e convicções; e, conseqüentemente, para a efetiva participação no desenvolvimento social, político, cultural e econômico do país.

2.4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

O IFRO atua com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas formas articulada e subsequente ao ensino médio, de graduação nas áreas tecnológicas, licenciaturas e bacharelado e de pós-graduação.

Os cursos do IFRO, nos diferentes níveis e modalidades, estão organizados em conformidade com os princípios, fins e critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ([Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#)), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio ([Resolução MEC/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº 6, de 20 de setembro de 2012](#)), nas Diretrizes Nacionais para Elaboração dos Cursos de Licenciatura ([Resolução MEC/Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno Nº 2, de 1º de julho de 2015](#)), Bacharelados (Disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>) e Cursos Superiores de Tecnologia ([Resolução MEC/Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno Nº 3, de 18 de dezembro de 2002](#)), orientações e especificações contidas no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos ([Resolução MEC/Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica Nº 1, de 5 de dezembro de 2014](#)), no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia ([Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016](#)), [Guia de Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional](#), Decretos, Portarias e demais normativas nacionais e institucionais.

Os cursos de formação inicial e continuada são, em geral, transitórios, por atenderem a demandas pontuais de grupos ou comunidades e de políticas públicas de atendimento prioritário, exceto em

casos mais específicos de formação continuada ou de formação inicial dentro de determinados segmentos profissionais com demandas frequentes para o mesmo fim. Eles são ofertados de acordo com o eixo tecnológico das unidades e as oportunidades de parceria para atendimento.

Também conhecidos como cursos de qualificação profissional, os Cursos de formação inicial e continuada dividem-se em três modalidades, segundo consta nas [“Contribuições para as Políticas de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” do XIII Fórum de Pró-Reitores de Extensão ou Cargos Equivalentes da Rede \(FORPROEXT\)](#) e legislação aplicável:

- a) Formação Inicial, com carga horária igual ou superior a 160 horas, voltada para aqueles que buscam qualificação;
- b) Formação Continuada, com carga horária mínima de 40 horas, voltada para aqueles que já possuem conhecimento e atuação na área, mas buscam atualização e/ou aprofundamento de conhecimentos;
- c) Formação Inicial e Continuada vinculada ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no nível do Ensino Fundamental (PROEJA FIC), com o mínimo de 1.400 horas de duração, de acordo com o Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006.

Os Cursos de formação inicial e continuada são organizados de acordo com o Guia de Cursos FIC e seus projetos pedagógicos elaborados, conforme o modelo disposto no Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada do IFRO ([Resolução nº 29/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2011](#)), observando-se a carga horária mínima prevista para a modalidade, o perfil de conclusão, os requisitos para acesso e as respectivas ocupações, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o [Guia Nacional dos Cursos de Formação Inicial e Continuada](#) ou outra referência correspondente no período de oferta. São previstos, no mínimo, a justificativa dos cursos, os objetivos, o perfil de formação do cursista, a matriz curricular, os conteúdos a serem ofertados e o sistema de avaliação. A organização curricular se dá por disciplinas ou módulos. Os profissionais para docência nestes cursos devem possuir a formação que o projeto pedagógico exigir. Para sua execução, o projeto pedagógico deve ser aprovado, no âmbito do *Campus*, pelo Conselho Escolar.

Os cursos técnicos de nível médio e de graduação são organizados respeitando-se uma sequência lógico-formativa, de modo a fomentar o desenvolvimento de capacidades em ambientes de ensino que estimulem a busca de soluções e favoreçam o aumento da autonomia e da capacidade de atingir os objetivos da aprendizagem, colaborando, desta forma, na construção do perfil de formação almejado.

Os cursos técnicos de nível médio são ofertados na forma articulada – integrada e concomitante – e subsequente ao ensino médio com diferentes organizações. Os cursos ofertados na modalidade presencial são subdivididos em bimestres, e os a distância em módulos.

A organização curricular dos cursos técnicos, ofertados na forma integrada ao ensino médio, é merecedora de atenção especial, pois englobam conhecimentos gerais, da educação básica, e conhecimentos específicos da educação profissional, os quais devem articular os saberes gerais e específicos visando à formação integral dos educandos. Esses cursos são organizados em regime anual, com itinerário formativo, que envolve disciplinas distribuídas em quatro núcleos: a Base Nacional Comum do Ensino Médio, O Núcleo diversificado e os Núcleos Profissionalizante e Complementar.

A Base Nacional Comum Curricular é constituída por disciplinas do currículo comum obrigatório, necessárias à formação do aluno do Ensino Médio, com vistas ao preparo para a continuidade na vida acadêmica e à formação para a cidadania, organizadas em conformidade com as áreas do conhecimento indicadas pelo Ministério da Educação: Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e Suas Tecnologias, Ciências Humanas e Suas Tecnologias.

O Núcleo Diversificado é constituído pelas disciplinas entendidas como estratégicas para a complementaridade da formação cidadã e profissional. Estas envolvem linguagens aplicadas ao mundo globalizado, atitudes diante das vivências cotidianas e no mundo do trabalho, bem como outros aspectos da formação geral. Trata-se de um conjunto de abordagens cujo tratamento tende a tornar o indivíduo mais crítico e seguro no desenvolvimento de sua autonomia e de sua profissão.

O Núcleo Profissionalizante compõe-se por disciplinas de acordo com a área profissional, conforme legislação vigente, as quais são agrupadas de forma que as bases tecnológicas, científicas de gestão

e de conteúdos constituam ordenação e sequência lógicas para que se propiciem as aprendizagens referentes ao perfil profissional de conclusão do curso. O itinerário formativo consiste em um conjunto de etapas a serem cumpridas que permitam formações específicas em determinado eixo tecnológico.

O Núcleo Complementar contempla a prática profissional supervisionada da formação pretendida e mostra a amplitude do trabalho na sociedade. Envolve ações de caráter prático, realizadas ao longo do curso, que consolidam as competências necessárias à formação para o mundo do trabalho.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio, ofertados nas formas concomitante e subsequente, são estruturados em regime semestral e disciplinas organizadas em dois núcleos: um profissional e um complementar, com os mesmos princípios e finalidades desses núcleos na forma integrada ao ensino médio.

Os Cursos de Graduação, nas modalidades de Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelados, estão organizados de modo a garantir conhecimentos gerais e específicos da área de formação, estabelecendo a relação destes com o mundo do trabalho, com vistas a proporcionar uma formação sólida no perfil de profissional e cidadão ensejados. Os cursos são organizados em regime semestral, com itinerário formativo, que envolve disciplinas distribuídas em quatro núcleos: de conteúdos básicos, de conteúdos específicos, de conteúdos profissionais/pedagógicos e, ainda, o núcleo complementar, que abrange as atividades científico-culturais, práticas profissionais e trabalho de conclusão de curso.

Os Cursos de Pós-Graduação são ofertados pelo IFRO na modalidade *Lato Sensu* e estão alinhados à verticalização do ensino no IFRO, em áreas de conhecimento de cursos já ofertados nos cursos de nível técnico e de graduação, e seus projetos pedagógicos são elaborados conforme o modelo disposto no Regulamento dos Cursos de Pós- Graduação Lato Sensu no âmbito do IFRO ([Resolução nº 11/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011](#)).

Desse modo, o IFRO cumpre o papel na oferta de cursos de pós-graduação em todas as unidades, permitindo acesso a cursos de pós-graduação em todo o estado. Os cursos são ofertados no regime semestral, distribuídos em disciplinas obrigatórias e no desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão

de Curso (TCC), em que é incentivado o desenvolvimento de TCCs com aplicação na área de atuação profissional dos alunos.

As atividades acadêmicas são norteadas, no âmbito de cada nível de ensino, pelo Regulamento de Organização Acadêmica ou equivalente. Os regulamentos norteiam desde a forma de ingresso até a diplomação ou certificação, conforme nível de formação, além de definirem fluxos, responsabilidades, direitos e obrigações no processo educativo.

Os projetos são elaborados em conformidade com os procedimentos estabelecidos em regulamentação própria: no caso dos cursos FIC, pelo Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada de IFRO ([Resolução nº 29/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2011](#)); no caso de cursos técnicos de nível médio e de graduação, pelo Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos de Curso e de Suspensão Temporária e Extinção de Cursos de IFRO ([Resolução nº 97/CONSUP/IFRO, de 30 de dezembro de 2016](#)); e para os cursos de pós-graduação, pelo Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu no âmbito do IFRO ([Resolução nº 11/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011](#)).



2.5 PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, ESTABELECENDO OS CRITÉRIOS GERAIS PARA DEFINIÇÃO DE:

2.5.1 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

A fim de proporcionar a flexibilidade curricular, são admitidas, conforme normativa nacional e institucional, respeitando-se as áreas e possibilidades, as seguintes estratégias:

- Realização de atividades diversificadas, a exemplo de visitas técnicas, eventos científico-culturais e sociais, que complementam a formação humana e profissional dos estudantes;
- Desenvolvimento de projetos integradores ou eixos temáticos multi, inter e transdisciplinares, que congreguem os conteúdos comuns das disciplinas do curso;
- Oferta de disciplinas optativas a serem escolhidas pelo estudante de acordo com a vocação e interesse;
- Desenvolvimento de atividades complementares, nomeadas também Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, que são práticas acadêmicas de múltiplos formatos, realizadas dentro ou fora da instituição, que se integram e contribuem na formação do estudante por estarem relacionadas ao perfil e área de formação;
- Desenvolvimento de atividades não presenciais, com o emprego das tecnologias, inclusive em Ambiente Virtual de Aprendizagem, nos limites estabelecidos na legislação.
- Flexibilização de até 10% de componentes curriculares no Núcleo/Formação Profissional e de até 20% de flexibilização nas ementas de cursos replicados em mais de uma unidade do IFRO, atendendo os princípios basilares do IFRO expressos no Regimento Geral (lógica de formação,

identidade institucional, transdisciplinaridade e interface entre os *campi*), e ao mesmo tempo atendendo as peculiaridades locais e regionais onde os cursos são implantados

Para que estas possibilidades se concretizem, as estratégias devem estar especificadas nos projetos pedagógicos de curso e devem ser planejadas a cada período letivo pelos docentes, no âmbito de disciplinas sob sua responsabilidade, e pela gestão de ensino, no âmbito de cada curso e de cada unidade de ensino, sempre articulando ensino com os setores de pesquisa e extensão, e seu desenvolvimento deve estar em consonância com as normativas vigentes.

Uma forma importante de flexibilização dos componentes curriculares no IFRO, não prevista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), mas possibilitadas por programas institucionais, vem da participação dos estudantes em programas de mobilidade estudantil. A mobilidade estudantil admite a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão em instituição de ensino parceira - nacional e/ou internacional - e, mediante planejamento antecipado e análise de possibilidades pelo Colegiado de Curso, as atividades desenvolvidas podem corresponder total ou parcialmente a componentes curriculares constantes na organização curricular. A mobilidade estudantil tem regulamento próprio e cada processo é regido por edital específico.

Outra possibilidade de flexibilização curricular, que está em fase de regulação para aplicação a partir de 2018, é a certificação de conhecimentos a fim de alcançar dispensa de disciplina(s) integrante(s) da matriz curricular de cursos técnicos de nível médio e de graduação no âmbito do IFRO. Trata-se da certificação de conhecimentos e experiências anteriores, inclusive no mundo do trabalho, diretamente relacionados ao perfil da formação, conforme os núcleos diversificado e profissional da matriz curricular do curso técnico de nível médio e núcleos de formação dos cursos de graduação. Para tanto, devem ser realizadas análise documental e avaliação conduzida por Banca Examinadora Especial.

2.5.2 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

O IFRO oferece como alternativas didático-pedagógicas para integralização curricular:

- Aos estudantes que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, devidamente aferidos mediante a submissão do candidato a provas que atestem a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos nos termos do § 2º do Art. 47 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#);
- Aos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio que não obtiveram aproveitamento satisfatório em até 2 (duas) disciplinas em curso de regime semestral e 4 (quatro) disciplinas em curso de regime anual é possibilitado o avanço nos estudos e oportunidade de cursá-las em outra turma ou com oferta de modo especial, conforme o caso, condições do *campus* e, ainda, sob decisão do Conselho de Classe;
- Estudantes dos Cursos de Graduação podem matricular-se em outros cursos do IFRO, no mesmo nível de formação, para cumprimento de disciplinas equivalentes em que haja retenção ou por necessidade de cumprimento de currículo em tempo hábil, nos limites estabelecidos pelo Regulamento da Organização Acadêmica do IFRO;
- Aos estudantes que necessitem de maior tempo para integralização do curso, há a possibilidade de ampliação do tempo de formação, observados os parâmetros dos regulamentos específicos. Para os Cursos de Graduação, admite-se também matrícula especial de estudantes advindos de outras instituições, conforme o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação e editais específicos de seleção.
- Aos estudantes interessados em ingressar no mercado de trabalho na área de atuação, antes mesmo da conclusão de curso, há a possibilidade de Certificação intermediária no âmbito dos cursos técnicos e tecnológicos, nos termos da legislação vigente, e orientações contidas no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e de Cursos Superiores de Tecnologia. A certificação intermediária somente será possível se prevista no projeto pedagógico de curso para aplicação, nos cursos que fazem esta previsão, a partir do primeiro semestre de 2018.

2.5.3 ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIO

A prática no âmbito dos Cursos Técnicos e de Graduação tem como objetivo proporcionar a construção de conhecimentos técnico-científicos de formação básica, a construção de habilidades e competências

relacionadas ao campo de atuação profissional e a vivência do mundo real do trabalho. Devem estar contempladas nos currículos nas formas de práticas de ensino e prática profissional.

As práticas de ensino são atividades inerentes às disciplinas correspondentes às áreas de conhecimento relacionadas aos fundamentos técnico-científicos que proveem a formação básica do curso, se desenvolvem em sala de aula ou outro ambiente de aprendizagem adequado para esse fim.

A prática profissional, por sua vez, tem como objetivo proporcionar aos estudantes a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas ao campo de atuação profissional e prover a vivência do mundo real do trabalho. Sua previsão deve estar explícita no projeto pedagógico do curso nas formas intrínsecas ao currículo, nos cursos de licenciatura, denominadas práticas como componente curricular, ou complementar ao currículo, na forma de prática profissional supervisionada.

A prática profissional, intrínseca ao currículo como componente curricular, volta-se ao processo de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício da profissão. Portanto, articula-se aos conhecimentos teóricos e é desenvolvida no âmbito de uma disciplina ou conjunto de disciplinas responsáveis pela construção de habilidades e competências necessárias ao egresso do curso.

A prática profissional supervisionada tem foco na inter-relação dos conhecimentos, habilidades e competências adquiridos pelo estudante no curso com o mundo real do trabalho e configura-se como atividade de estágio supervisionado ou atividade a este equiparada nos casos de admissibilidade.

A prática de estágio no Instituto Federal de Rondônia é regulamentada pela [Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008](#), e pela [Resolução nº 79/CONSUP/IFRO, de 27 de dezembro de 2016](#). Tal resolução aprovou o novo Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos e Superiores do IFRO e revogou a Resolução nº 04/2011/CONSUP/IFRO e a Resolução nº 05/2011/CONSUP/IFRO, que regulamentavam o estágio nos cursos técnicos de nível médio e o estágio nos cursos de nível superior, respectivamente.

O estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio consiste em atividade importante para o desenvolvimento e aprimoramento de competências profissionais necessárias à formação do estudante, para a vida cidadã e para o trabalho. Poderá ser realizado nas modalidades de estágio obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino, desde que previsto no projeto pedagógico do curso, o qual deverá ser elaborado observando as demandas de mercado e as exigências dos conselhos profissionais.

O estágio, como ato educativo supervisionado, deverá ter relação com o eixo formativo do curso ao qual o educando estagiário frequenta, bem como ter acompanhamento efetivo por um professor orientador da instituição de ensino e por um supervisor da parte concedente.

O projeto pedagógico de cada curso deverá contemplar a definição, os objetivos, a oferta e carga horária mínima para cumprimento do estágio obrigatório.

As atividades a serem desenvolvidas no estágio devem estar em consonância com o que estabelecem os estatutos das respectivas carreiras profissionais, as regulamentações dos Conselhos Profissionais, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o catálogo nacional de cursos e demais normativas educacionais e profissionais vigentes.

Nos cursos técnicos e de graduação, exceto licenciaturas, o estudante que exercer atividade profissional correlata ao seu curso na condição de empregado, empresário ou autônomo, poderá solicitar, no momento em que se exige o cumprimento do estágio obrigatório no respectivo curso e respeitando a legislação vigente, o aproveitamento das atividades profissionais como estágio obrigatório, desde que apresente os documentos exigidos nos regulamentos institucionais. Também poderá ser admitida a

equiparação de atividades de extensão, monitoria, pesquisa ou iniciação científica e tecnológica como estágio obrigatório, desde que prevista no projeto pedagógico do curso.

A realização do estágio permite a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos no curso, constitui oportunidade do estudante vivenciar experiências profissionais do mercado de trabalho, além de permitir a interação com profissionais das diversas áreas e visão organizacional relacionada à futura profissão.

O acompanhamento do estágio será realizado mediante registro no Módulo Estágio do sistema de gestão acadêmica, com inserção de informações antes do encaminhamento do estagiário à concedente, e após a realização da prática, com a entrega do relatório de estágio. A partir dessas informações, são gerados os seguintes relatórios de acompanhamento:

- Alunos aptos ao estágio;
- Aluno em estágio;
- Alunos que concluíram o estágio;
- Estagiários por professor orientador;
- Estagiários por concedente.

2.5.4 DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Com vistas ao fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem e subsidiar o trabalho docente, os professores do IFRO organizam os materiais pedagógicos para atender as demandas das disciplinas. O acompanhamento da produção desses materiais didáticos é realizado pela equipe de ensino de cada *campus*, sob a responsabilidade do Diretor de Ensino, assessorada pela Pró-Reitoria de Ensino.

A produção de material pedagógico também acontece no âmbito do Projeto Saber Mais, que tem o propósito de disponibilizar aos estudantes material pedagógico em forma de videoaulas planejadas por professores voluntários, de acordo com as demandas identificadas no âmbito de cada curso. O

projeto concentra a gravação das videoaulas contemplando conteúdos referentes a disciplinas em que os alunos apresentam maior e recorrente dificuldade. Dessa forma, os professores da instituição fazem a gravação das aulas voluntariamente e todo o material é destinado aos *campi* para ser disponibilizado aos alunos, sob a coordenação da equipe pedagógica.

Há, também, a confecção de materiais pedagógicos pelos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nas horas dedicadas ao Programa, os alunos de licenciaturas ofertadas pelo IFRO criam projetos, planos de trabalho e, para desenvolvê-los, confeccionam materiais a serem utilizados nas práticas pedagógicas.

Especificamente no *campus* Porto Velho Zona Norte, unidade com estrutura organizacional diferenciada para atendimento da educação a distância, há a previsão do Departamento de Produção em EaD com coordenação específica para a produção de material audiovisual e impresso, bem como design instrucional.

O IFRO possui cadastro no ISSN – *International Standard Serial Number*, para publicações seriadas, e cadastro no ISBN – *International Standard Book Number* – Agência Brasileira, para a publicação de seus livros.

2.5.5 INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Respeita-se a complexidade de atividades desenvolvidas no IFRO, dentro do Ensino nas diferentes modalidades, desde cursos técnicos à Pós-graduação, passando por cursos de formação continuada, em diversas áreas do conhecimento, com públicos-alvos distintos, desde adolescentes à Educação de Jovens e Adultos, em regiões e comunidades com características próprias distribuídas em todo o estado de Rondônia. Não deixando de acrescentar que essas atividades estão distribuídas em várias áreas do conhecimento. Algumas ferramentas, instrumentos e instrumentais tecnológicos devem ser utilizados, estando alguns destes já disponíveis para uso, bem como outros que deverão ser adaptados à demanda do IFRO, como:

- Desenvolvimento de sistemas de submissão de projetos e acompanhamento das ações de ensino, pesquisa e extensão, buscando otimizar o uso de recurso, organizar os dados, facilitar a divulgação dos recursos e desenvolvimento de políticas institucionais;
- Uso de ferramentas digitais, como aplicativos, disponíveis para uso em celular e *tablets*, na sala de aula e na biblioteca, com objetivos específicos, como reforço de algum conteúdo; e *chats*, para formar grupos de pesquisa, organizar a vida acadêmica e escolar, incluindo horários de aulas e organização do conteúdo, reforçar o estudo de idiomas, dentre outros fins;
- Uso de uma plataforma para realizar webconferências, na ocasião de defesas de trabalho de conclusão de curso, reuniões técnicas e pedagógicas, orientação dos bolsistas de ensino, pesquisa e extensão, dentre outras atividades;
- Uso de plataforma para disponibilização de conteúdo, aulas, exercícios e avaliações, disponibilizadas para acesso no computador, para uso no IFRO ou em casa;
- Para o docente, o uso de tecnologias educacionais voltadas à preparação de avaliação, conteúdo, uso de mídias, como áudio e vídeo, editor de imagens e detector de plágios, por exemplo, podem ser úteis durante o planejamento e nas aulas;
- Na gestão do ensino, a atualização dos sistemas de gestão acadêmica deve ser desenvolvida, a fim de atender às novas demandas no registro de aulas, frequências e notas, a partir do uso, buscando o aperfeiçoamento.

Outras tecnologias podem ser inseridas à medida que demandas sejam apresentadas no decorrer da execução das atividades.

2.6 POLÍTICAS DE ENSINO

2.6.1 POLÍTICAS DE ENSINO PARA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

A Formação Inicial e Continuada, com previsão de oferta pelos Institutos Federais no artigo 7º, inciso

II, da [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), é um processo de ensino e aprendizagem voltado à formação de trabalhadores para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho, para a elevação de escolaridade e para aprimoramento, aprofundamento e atualização profissional, segundo a regulamentação específica do IFRO. Os cursos podem resultar de iniciativas da instituição, de atendimento a programas e projetos específicos ou de acordos ou convênios firmados entre o Instituto e outras entidades, tais como instituições públicas, empresas privadas, fundações, ONGs, entre outras.

A autonomia sobre a criação de cursos pelos Institutos se estende à Formação Inicial e Continuada. Os itinerários formativos devem desenvolver aptidões para a vida produtiva e social, de modo a promover a inclusão produtiva e a ampliação de conhecimentos nas diversas áreas.

Os cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada se diferenciam entre si, portanto, pela carga horária e pela forma como se integram nas experiências do público-alvo, como ponto de partida em uma qualificação ou como ampliação de conhecimentos e experiências já desenvolvidos. Em especial, a modalidade “PROEJA FIC”, no nível de Ensino Fundamental, não faz parte das previsões de oferta do IFRO para o período de vigência deste PDI.

O IFRO prevê uma oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) correspondente a um percentual de 15 a 20% do total dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação. Por se tratar de cursos transitórios, sua quantidade não é mensurável como previsão por período de oferta, exceto quando se tratam de programas permanentes. Também não é mensurável por antecipação a quantidade de turmas, cuja variabilidade é decorrente da diversidade de condições de oferta dos cursos (geralmente adota-se uma a duas turmas por curso). A quantidade de alunos por turma é também variável e deve se definir conforme a natureza da formação, o perfil do público-alvo e a demanda existente, mas sempre dentro do limite de, no máximo, 40 estudantes por turma.

A oferta dos cursos pode ocorrer de forma exclusivamente presencial, exclusivamente a distância, ou presencial e a distância, a qualquer tempo durante o ano letivo, conforme as condições de oferta dos *campi* e seus polos de apoio. Tal oferta se dará não somente nas unidades do IFRO, mas também em ambientes de parceiros ou grupos demandantes, para melhor aproveitamento de infraestruturas, serviços de suporte

e condições de acesso. Assim, os cursos podem ocorrer em sindicatos, associações, cooperativas, empresas e outros espaços, desde que atendam às condições de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

2.6.2 POLÍTICAS DE ENSINO PARA CURSOS DE EXTENSÃO

Os cursos de extensão se integram nas ações gerais de extensão e possuem natureza semelhante à dos cursos de Formação Continuada, dos quais se diferem apenas por sua carga horária, que parte de 4 horas e é inferior a 40 horas. Esses cursos também devem ser ofertados com um projeto pedagógico previamente definido, para atendimento a demandas específicas internas e externas ao IFRO.

Portanto, tais cursos são voltados para profissionais que já possuem experiências e formação profissional prévia, como forma de superação de lacunas de conhecimento que interferem no cotidiano dos trabalhadores ou pessoas, em geral da comunidade. Sua oferta, na forma de minicursos, é bastante apropriada em eventos. Nestas e em outras situações, responde rapidamente às demandas que surgem.

2.6.3 POLÍTICAS DE ENSINO PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO E DE GRADUAÇÃO

As políticas definidas para o ensino da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estão pautadas:

- Em um paradigma que supere a sobreposição entre campos do conhecimento e campos da profissionalização;
- Na investigação científica, a fim de promover o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação tecnológica, firmando o compromisso com a democratização das conquistas e benefícios da produção do conhecimento, na perspectiva da cidadania e da inclusão;
- No fortalecimento da relação entre a EPT e a Educação Básica, introduzindo o jovem no universo temático do mundo do trabalho/ciência/tecnologia e na cultura, dimensões indissociáveis;
- Na aproximação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à EPT (PROEJA).

Para isso, teremos que superar os seguintes desafios:

- Inclusão Social: dimensionando a EPT a partir do reconhecimento de demanda que resulta da exclusão dos processos de formação de milhares de pessoas;
- Inclusão Produtiva: estabelecendo a EPT em um espaço mais amplo e que não atenda somente as demandas das representações de setores da produção mais elaborada;
- Reconhecimento de conexões intrínsecas entre Educação Básica e Superior, entre formação humana, científica, cultural e profissionalização e entre Educação Geral e Profissional;
- Estruturação de cursos com itinerário formativo articulados com uma sistemática de certificação que favoreça a mobilidade e o desenvolvimento profissional;
- Oferta de cursos respeitando as diversidades e peculiaridades regionais, tendo como foco a formação de um homem reflexivo, crítico, criativo e comprometido com o social;
- Promoção, no processo de ensino e aprendizagem, de um conjunto de habilidades e competências, que propicie a construção do conhecimento, visando à transformação da realidade;
- Integração entre teoria e prática de forma significativa, por meio de organização curricular que contemple intervenções e vivência que oportunize a inter-relação dos conhecimentos teóricos e práticos essenciais, favorecendo a formação profissional e a autonomia do aluno;
- Articulação das demandas sociais do mundo do trabalho nos currículos de educação profissional, com a oferta de cursos organizados com margem de flexibilização para as especificidades locais;
- Articulação dos princípios e proposições contidas no projeto pedagógico com a gestão institucional e com os processos de acompanhamentos e avaliação continuada da formação efetivada;
- Entendimento do trabalho como princípio educativo.

Para o enfrentamento destes desafios, o IFRO envolverá todos os setores relacionados para o estudo da realidade em que os *campi* estão inseridos, levantando as demandas e possibilidades por meio de observatório do mundo de trabalho, que embasarão a tomada de decisão sobre as ofertas e direcionarão para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos que possibilitem ao estudante o atingimento de seus objetivos.

O ensino no Instituto Federal de Rondônia deve ser desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos, tendo-

se sempre em vista a formação global do educando associada às especificidades do curso aplicado e à valorização das peculiaridades regionais.

Quanto ao aspecto legal, as políticas de ensino do Instituto Federal de Rondônia estão pautadas por/pela:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui as Diretrizes e Bases para Educação;
- Plano Nacional de Educação;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação, em conformidade com a modalidade/formação;
- Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos;
- Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- Guia de Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
- Políticas de Educação Ambiental;
- Políticas de Inclusão;
- Resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação, dos conselhos profissionais.

No âmbito do IFRO, conduzem o desenvolvimento do ensino as seguintes normativas:

- Regimento Geral do IFRO;
- Regimento Geral dos *Campi*;
- Regulamento de Organização Acadêmica para os Cursos Técnicos de Nível Médio;
- Regulamento de Organização Acadêmica para os Cursos de Graduação;
- Regulamentações específicas para elaboração/reformulação de projetos de curso, de estágio, de trabalho de conclusão de curso.

Para apoiar as demandas do ensino, o IFRO desenvolve, de forma sistêmica, ações voltadas ao acesso, à permanência, ao implemento do processo formativo, entre outras. As ações que contemplam o acesso vão desde as atividades desenvolvidas pela COPEX e as implementadas pelos *campi*, sobretudo as relativas à propaganda dos cursos, total de vagas disponíveis até o reconhecimento dos êxitos discentes. Quanto à permanência, há a política de concessão de auxílios aos alunos socioeconomicamente vulneráveis e aos que se destacam em alguma disciplina, para que auxiliem no ensino e aprendizagem daqueles com dificuldades e, ainda, o efetivo exercício das equipes pedagógica - assessorando os docentes - e multidisciplinar, que contribui tanto com os docentes quanto com os discentes.

Como forma de democratização do acesso ao ensino público, gratuito e de excelência, o IFRO adota a política de implementação das ações afirmativas aplicadas pela instituição regidas pela [Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012](#), alterada pela [Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016](#); a política de adesão aos sistemas nacionais de seleção de estudantes; a política de interiorização por meio da abertura de *campus* e de novos polos de educação a distância.

Para a ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, o desenvolvimento dos programas de assistência estudantil visa ao atendimento de demandas universais de ensino, pesquisa e extensão e demandas oriundas da vulnerabilidade socioeconômica vivida pelos estudantes. Como parte dessa política, está a implementação de um sistema para o levantamento do perfil do estudante com a celeridade necessária para a concessão de auxílios no início do período letivo.

Paralelamente, a Comissão Central do Plano Estratégico para Permanência e Êxito (CCPEPE) desenvolve o trabalho de mapeamento de estudantes que demandem atenção especial no processo educativo, sejam elas oriundas de questões acadêmicas, socioeconômicas ou interpessoais; de planejamento de ações com vistas a minimizar as problemáticas vivenciadas por estes estudantes; ou de acompanhamento das ações propostas e seus resultados.

A gestão democrática e a capacitação são ferramentas indispensáveis ao incremento do processo educativo e viabilizadas através de encontros sob responsabilidade da gestão do ensino para a discussão, análise de possibilidades, tomada de decisão e formação em nível institucional e na Rede

Federal. Neste sentido, eventos anuais são organizados envolvendo gestores do desenvolvimento do ensino, do registro acadêmico, da biblioteca, da assistência estudantil e da educação inclusiva, com vistas à implementação dos serviços oferecidos e dos resultados do processo ensino-aprendizagem.

A decisão sobre as ofertas de cursos técnicos de nível médio e de graduação são embasadas em estudos conduzidos pelo Observatório do Mundo do Trabalho/PRODIN, que envolvem o conhecimento da realidade social e econômica local e possibilidades atuais e futuras do mercado de trabalho. Diante da transformação da economia e do mercado de trabalho em diferentes regiões do Estado, o IFRO esquematiza a reavaliação de suas ofertas nos locais em que as demandas são menores que a procura. Nos casos em que a avaliação se encaminhar para uma recondução da oferta, novos estudos deverão ser realizados considerando além dos arranjos produtivos locais e as possibilidades do mercado de trabalho, o quadro de servidores existente e o proposto para a unidade, e as possibilidades de organização curricular com gestão otimizada do tempo e de flexibilização curricular.

Os compromissos pactuados com o Ministério da Educação em relação à oferta são perseguidos. As ofertas de cursos técnicos articulados ao ensino médio priorizam a forma integrada, mas a diversificação por meio da forma concomitante é vista como um viés alternativo para a oferta da EPT nos locais mais distantes por meio da EaD.

O estabelecimento de parcerias entre instituições das redes municipal, estadual e federal é entendido como ação fortalecedora da EPT com vistas à ampliação do atendimento à sociedade, especialmente, àquelas demandas reconhecidamente resultantes de exclusão.

2.6.4 POLÍTICAS DE ENSINO PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

Os Cursos de Pós-Graduação têm por objetivos proporcionar ao estudante novas informações, promover a construção de conhecimentos especializados e conferir nível elevado, padrão técnico, científico e profissional no exercício das funções correspondentes à área de formação. No IFRO, a oferta de cursos de Pós-graduação está condicionada à verticalização de cursos ofertados nas

modalidades ensino médio e graduação e/ou demandas identificadas nas regiões de atuação do IFRO, desde que atendidas condições de oferta, como infraestrutura e corpo docente qualificado.

As políticas definidas para o ensino da Pós-graduação no IFRO estão pautadas em:

- Ofertar o ensino de Pós-graduação voltado a complementar e aprofundar conhecimento em determinada área de estudo para os profissionais da região;
- Formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do mercado de trabalho;
- Currículos que valorizem a diversidade, o desenvolvimento regional e que proporcionem aperfeiçoamento contínuo.
- Fomento de Programas *Stricto Sensu* que possuam papel indutor prioritário nas dimensões da educação, ciência, tecnologia e inovação;
- Integração com a realidade da Educação Básica, a partir de propostas de Mestrados Profissionais e outras ações de intervenção social;
- Implantar, no período de 2018 a 2022, cursos de mestrado profissional voltados aos setores produtivos da região, sem desconsiderar as ações de formação acadêmica e a formação de pesquisadores.
- Interiorizar o ensino da pós-graduação no estado de Rondônia, fazendo jus a uma das principais características da Rede Federal, que é a sua capilaridade.

Para isso, teremos que superar os seguintes desafios:

- Consolidação do caráter institucional da pós-graduação no IFRO, criando o Programa Institucional de Pós-Graduação (PIG) e regulamentações específicas, redimensionando os cursos existentes e criando novos, com base nas demandas e diretrizes;
- Alinhamentos das ações da pós-graduação em todos os *campi* do IFRO com um calendário de seleção unificado, valorizando a ampla divulgação de cursos, realização de eventos para alunos, capacitação de docentes e equipe pedagógica, entre outras atividades pertinentes;
- Implantação de um programa de mobilidade para vinda de professores de outras instituições do

país e estrangeiras, referências em áreas que o IFRO possui interesse em implantar e fortalecer em cursos de pós-graduação;

- Provimento de condições para o domínio de segunda língua por parte dos servidores e alunos do IFRO, facilitando e fortalecendo a internacionalização e formação de redes e associações inter e multidisciplinar para o desenvolvimento de pesquisas e fomento da pós-graduação;
- Incentivo a publicações qualificadas a partir de B1, com estímulo a publicações conjuntas, buscando atender aos critérios da CAPES para implantação e manutenção de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*;
- Implantação de cursos de mestrado profissional e acadêmico, planejados antecipadamente com os *campi* e instituições externas, com atenção aos critérios e calendário para envio de cursos novos (APCN) da CAPES;
- Delineamento de indicadores internos de avaliação de pós-Graduação *Lato Sensu* e acompanhamento dos cursos *Lato* e *Stricto Sensu*.

2.7 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

As atividades de extensão compreendem uma das três bases de condução dos processos formativos nos Institutos Federais, integradas ao ensino e pesquisa. Sua previsão formal está contida na [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), distribuída nas finalidades e objetivos institucionais. Segundo o artigo 6º, as finalidades mais específicas e diretas dos Institutos Federais, no âmbito da extensão, envolvem:

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O desenvolvimento da extensão, segundo consta nos objetivos institucionais, notadamente no artigo

7º, inciso IV, da mesma Lei, deve estar “[...] de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”.

De acordo com o regulamento interno específico, a extensão do Instituto Federal de Rondônia é considerada como processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico, que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho, com ênfase na produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos para o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional. Ela articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e representa efetivamente a troca de saberes e experiências realizada permanentemente com a comunidade, da qual resulta um conhecimento e uma prática alinhados com a realidade local, regional e nacional. Deve atender aos seguintes princípios:

- Impacto e transformação social, por meio de ações entre o IFRO e a sociedade, proporcionando o desenvolvimento local e regional e a melhoria da qualidade de vida das populações;
- Impacto na formação do estudante envolvido na atividade, visando ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos, culturais e de cidadania;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo o processo formativo e a transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade;
- Interação dialógica com diferentes segmentos da sociedade para promoção da troca de saberes e o desenvolvimento de ações mútuas;
- Interdisciplinaridade no atendimento às demandas formativas e sociais.

Os objetivos das atividades de extensão devem estar voltados para o desenvolvimento da sociedade, a interação entre servidores, docentes e comunidade externa, a articulação entre o IFRO e outras instituições, empresas e entidades, a integração com o ensino e a pesquisa, a produção tecnológica e difusão cultural, a indução do desenvolvimento regional, a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, o atendimento prioritário em favor da inclusão social e o incentivo à geração de negócios e produtos inovadores.

As políticas atravessam todas as modalidades de extensão desenvolvidas pelos Institutos Federais, sejam as políticas de governo ou de Estado, comuns a todos os institutos, sejam as políticas desenvolvidas internamente, por meio de programas, projetos e atividades com recursos próprios e apoio de parceiros. As modalidades de extensão para o alcance dos objetivos institucionais são:

- Programa: diretriz de caráter orgânico-institucional, que articula projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços, produção profissional e tecnológica), inclusive do ensino e da pesquisa e inovação.
- Projeto: conjunto de ações processuais, inter-relacionadas e contínuas, que propiciam a relação teoria-prática e envolvem docentes e/ou técnicos administrativos, estudantes e a comunidade, vinculados ou não a um programa;
- Cursos de Extensão: cursos de atualização ou qualificação profissional que objetivam a atualização e ampliação dos conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área específica do conhecimento, com carga horária mínima de 4 (quatro) horas e máxima de 40 (quarenta) horas;
- Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC): cursos de formação profissional das pessoas em geral ou grupos de trabalhadores em específico, com oferta não regular, em atendimento às necessidades de atualização e aperfeiçoamento profissional e às demandas dos setores produtivos locais e regionais, cuja carga horária parte de 40 horas (formação continuada) ou 160 horas (formação inicial).
- Eventos Culturais, Sociais, Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos: compreende ações com a participação da comunidade externa e interna; Fomento a estágio e emprego: está voltado para a inserção dos estudantes do IFRO no mundo do trabalho, por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, da captação de recursos, do levantamento de demandas e da prospecção de oportunidades de estágio e emprego no setor produtivo;
- Fomento de emprego e renda: defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para proprietários rurais, formas cooperadas ou associadas de produção, empresas incubadas e empreendedores em geral, estimulando a proatividade e a inovação, preferencialmente em articulação com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT);
- Desenvolvimento tecnológico: envolve propostas de desenvolvimento e aperfeiçoamento tecnológico de produtos e processos, bem como prestação de serviços em parceria com instituições públicas ou privadas para consultoria, assessoria, laudos técnicos e outros produtos ou

- serviços, com agregado tecnológico para os setores produtivos;
- Visitas Técnicas: visitas orientadas de alunos e professores a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso aplicado, com vistas à vivência prévia das condições de trabalho, e que podem ser computadas como aula, quando envolve toda a respectiva turma;
 - Visitas Gerenciais: interação das áreas da gestão do IFRO com o mundo do trabalho, visando ao estabelecimento de parcerias e acordos que contribuam para o aprimoramento dos processos de ensino, pesquisa e extensão;
 - Relações Interinstitucionais: intercâmbio e acordos de cooperação, como instrumento de melhoria do ensino, pesquisa, inovação e extensão;
 - Acompanhamento de egressos: ações implementadas que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários no mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão;
 - Empreendedorismo e Associativismo: difusão e aplicação dos conhecimentos e práticas de empreendedorismo e associativismo, com ênfase no cooperativismo, por meio de programas institucionais;
 - Prestação de serviços: são atividades realizadas junto à comunidade externa e que permitem o desenvolvimento de produtos, processos, sistemas, tecnologias, treinamentos, consultorias, assessorias, vistorias, perícias, ensaios e análises laboratoriais, de natureza acadêmica ou administrativa, de domínio do IFRO e de interesse para o desenvolvimento regional.

Estas modalidades de extensão podem ser agrupadas em quatro conjuntos de investimento: 1) Cursos de Extensão e de Formação Inicial e Continuada; 2) Desenvolvimento de projetos de extensão e atividades formadoras; 3) Estabelecimento de parcerias com o setor produtivo e instituições; 4) Prestação de serviços.

2.7.1 CURSOS DE EXTENSÃO E DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Os cursos de Extensão e de Formação Inicial e Continuada são horizontais no processo de formação dos trabalhadores e comunidade em geral, ou seja, não correspondem à carreira acadêmica ou escolar, mas sim a necessidades pontuais e diversas, com exceção da Formação Inicial e Continuada, vinculada ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade

de Educação de Jovens e Adultos, no nível do Ensino Fundamental (PROEJA FIC), com o mínimo de 1.400 horas de duração, de acordo com o [Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006](#).

Os cursos de Extensão são modalidades formadoras que se dividem em cursos e minicursos. Os minicursos possuem entre 4 e 8 horas, e os cursos mais de 8 e menos de 40 horas de duração, conforme as características da área, as necessidades do público-alvo e as condições de oferta. Ações formadoras com menos de 4 horas devem ser tratadas como oficinas ou *workshops*. Os cursos de Extensão desenvolvidos ou previstos para o IFRO são os de capacitação interna e de intervenção pontual para atendimento a demandas da sociedade ou determinado grupo social.

Os cursos de Formação Inicial e Continuada se dividem em três grupos: o de Formação Inicial, com o mínimo de 160 horas, voltado para aqueles que buscam qualificação inicial, inserção no mercado de trabalho ou desenvolvimento de negócios próprios; o de Formação Continuada, com o mínimo de 40 horas, apropriado especialmente a grupos de trabalhadores que necessitam de aperfeiçoamento profissional em sua área de atuação, mas aberto ao público em geral também; e o terceiro tipo, de Formação Inicial e Continuada, que é restrito ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no nível do Ensino Fundamental (PROEJA FIC), com o mínimo de 1.400 horas de duração — este tipo de formação ainda não é fomentado no IFRO, mas pode ser adotado, após identificação de demanda e alocação de recursos humanos, materiais e financeiros suficientes. Não existe previsão de atendimento ao PROEJA FIC no prazo de execução deste PDI.

Os cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada são ofertados pelos *campi* e incentivados e regulados pela Pró-Reitoria de Extensão. A Pró-Reitoria coordena, inclusive, a oferta de cursos para demandas específicas, com recursos externos, a exemplo do Curso de Formação Inicial em Direitos da Criança e do Adolescente, constante do Projeto “Escola de Conselhos”, cuja formação é de 200 horas e contempla conselheiros tutelares e conselheiros do direito da criança e do adolescente de todos os Municípios de Rondônia, em parceria com a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República; e o conjunto de cursos de Formação Inicial para Mulheres em Vulnerabilidade Socioeconômica, do Projeto “Empoderamento da Mulher”, em parceria com a Secretaria Especial de

Políticas para as Mulheres, do Ministério da Justiça e Cidadania.

Outras ações de formação extensionista extensiva são incentivadas, como o Programa Mulheres Mil, do Ministério da Educação. O Curso passou a ser ofertado no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), como formação regular dos *campi*, com reserva de vagas para o público-alvo beneficiário.

O acesso aos cursos de Formação Inicial, Formação Continuada e Formação Inicial e Continuada, bem como aos Cursos de Extensão, se dá por meio de processo seletivo classificatório, mas não eliminatório, e por inscrição livre do candidato, quando os cursos forem direcionados a grupos específicos, a partir de programas, projetos, ações ou políticas públicas ou institucionais com delimitação do público-alvo. Na elaboração do edital de seleção de candidatos, deverão ser respeitadas as exigências apontadas no projeto pedagógico ou em projeto ou programa específico a que esteja vinculado o curso. A exigibilidade de formação escolar prévia para ingresso nos Cursos de Formação Inicial e Continuada ocorrerá ou não segundo a referência oficial vigente para estes cursos ou segundo as necessidades da área, nos termos de legislação específica, se houver.

O acesso a outros Programas de Extensão segue esse mesmo princípio de inclusão social dos Cursos FIC, por meio de processos seletivos não eliminatórios e atendimento a demandas pontuais de grupos e comunidades, com inscrições livres. Podem participar pessoas da comunidade interna do IFRO e obrigatoriamente da comunidade externa. Estágios, visitas técnicas, eventos, transferências de tecnologia, incubação de empresas, suporte a empresas júnior e certificação de competências são alguns exemplos de atividades ou programas de extensão cujo acesso depende das políticas de vinculação, das características de demanda e das condições de oferta das Unidades do IFRO, *Campus* e Reitoria.

2.7.2 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE EXTENSÃO E ATIVIDADES FORMADORAS

Os projetos de extensão são incentivados e orientados para a participação da comunidade externa, com envolvimento de alunos e servidores, tanto professores quanto técnicos administrativos em educação.

Contam com fomento interno ou externo e podem ser desenvolvidos em diversos meios: nos *campi*, nas comunidades, nos ambientes de entidades parceiras, dentre outros. Podem estar vinculados a projetos de pesquisa, quando se trata de experimentações, desenvolvimento de unidades demonstrativas, testes, modelagens e outras formas de geração de produtos ou metodologias de serviço.

Os projetos de intervenção para induzir o desenvolvimento regional são prioritários, razão pela qual são lançados editais para fomento de práticas de empreendedorismo, assim como são prioritários aqueles voltados para atendimento a grupos em vulnerabilidade socioeconômica, para resolução de problemas ambientais e para o desenvolvimento de tecnologias sociais. Os editais são originados na Pró-Reitoria de Extensão, nos *campi*, ou de instituições externas, parceiras ou não.

Entende-se por projetos de intervenção aqueles que são propostas para a resolução de um problema social, econômico e/ou ambiental. Envolve arte e outras formas de cultura elaborada, educação, emprego, renda, sociedade, esporte, saúde e outros temas. O desenvolvimento de práticas empreendedoras e de inovação tecnológica se materializa nos diversos tipos de projeto esperados. Uma das finalidades é o fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais locais (APLs), alcançado tanto pelos projetos de ensino quanto pelos de ensino e pesquisa, de forma direta ou indireta. Os APLs são aglomerados de empresas, produtores e instituições que desenvolvem negócios em uma região, dos quais os Institutos fazem parte como instituições indutoras do desenvolvimento. Os cursos profissionalizantes, as pesquisas aplicadas e a extensão tecnológica são as linhas de ação mais objetivas de intervenção positiva nestes arranjos.

No âmbito do esporte, o IFRO realiza os Jogos internos (JIFRO) e participa dos Jogos Regionais (JIFEN) e Nacionais (JIFs); participa também de jogos regionais do Estado (JOER) e outros, na perspectiva do desenvolvimento da cidadania, da saúde e da aptidão aos esportes.

São incentivadas todas as formas de arte, como literatura, artes plásticas, cinema, teatro, dança, música e outras, por meio de editais de fomento a projetos, orientações de atividades, suporte de infraestrutura e organização das rotinas dos profissionais do IFRO.

O desenvolvimento de eventos esportivos, artístico-culturais, de empreendedorismo, de estágio e

outros correspondem a uma das linhas de ação orientadas, conduzidas e supervisionadas pela Pró-Reitoria de Extensão e pelos *campi*, por meio dos seus Departamentos de Extensão, sempre de forma integrada com o ensino e a pesquisa.

As atividades formadoras, além dos cursos de Extensão e de Formação Inicial e Continuada e da prática geral de extensão, envolvem as visitas técnicas e as atividades de estágio. As visitas técnicas são atividades com estudantes, propostas no âmbito das disciplinas ou dos cursos, como forma de vivenciar condições reais de trabalho de forma pontual e específica, nos ambientes externos de empresas ou instituições, sob a orientação docente. Estas visitas podem consistir em atividades de verificação de produtos ou processos, em instrução dos estudantes e docentes aos proprietários ou representantes institucionais (como visitas gerenciais) ou tanto em verificação quanto em instrução ao mesmo tempo (como visitas técnicas e gerenciais).

O estágio é outra das atividades incentivadas, constante da formação dos cursos técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação, especialmente nos dois primeiros casos. É dirigido e coordenado pelos *campi* e supervisionado pela Pró-Reitoria de Extensão. Deve atender ao perfil de formação dos estudantes, como uma oportunidade de enriquecimento e complementação da formação profissional. Sua obrigatoriedade é estabelecida nos projetos pedagógicos de curso.

Servidores, estudantes e comunidade externa são incentivados a elaborar e executar projetos de extensão no âmbito de seu município, fora ou para além dele, especialmente quando se trata de formação profissional, desenvolvimento do empreendedorismo com geração de emprego e renda, e atendimento a demandas específicas alinhadas com o perfil de atendimento dos *campi* e polos de apoio, na forma de ações presenciais ou a distância.

2.7.3 ESTABELECIAMENTO DE PARCERIAS

As parcerias com o setor produtivo e instituições governamentais e não governamentais se materializam por meio de acordos, convênios, termos de descentralização e ações conjuntas de desenvolvimento de programas, projetos e ações específicas diante das demandas apresentadas. Envolvem o atendimento a

políticas já estabelecidas, a captação de recursos externos, a disponibilização de infraestrutura e recursos próprios para as ações em favor do desenvolvimento local e regional.

As parcerias são estabelecidas de forma mais abrangente e sistêmica, entre o IFRO e as empresas e instituições ou, localmente, entre os *campi* e os agentes externos. O IFRO conta atualmente com as seguintes parcerias para as atividades de extensão, das quais podem resultar ações de ensino e pesquisa também, nos próximos anos.

PARCEIROS	PROJETOS	OBJETIVOS PRINCIPAIS DA PARCERIA	RESULTADOS JÁ ALCANÇADOS
Governo do Estado de Rondônia	Empreendedorismo	Fortalecer o Empreendedorismo em Rondônia	Criação da Redinova; realização da Startup Weekend e da Info Party;
			Transferência de tecnologia (baralho químico e DetMatsis) para uso na Educação Básica.
Sebrae/RO	Redinova	Desenvolver a Redinova e fortalecer o empreendedorismo	Criação da Redinova; realização da Startup Weekend e da Info Party;
			Criação do Comitê Gestor de Startups do Estado, com ações em andamento.
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	Escola de Conselhos	Formar Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselheiros Tutelares	Formação de conselheiros, com novas turmas previstas para este ano e a ampliação do atendimento para outros estados.
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Justiça e Cidadania	Empoderamento da Mulher	Oferecer Cursos de Formação Inicial para Mulheres em Vulnerabilidade Socioeconômica	Cursos ofertados.
Ministério da Educação	Mulheres Mil	Oferecer Cursos de Formação Inicial e Continuada a Mulheres em Vulnerabilidade Socioeconômica	Cursos ofertados e com previsão de novas ofertas.
Diversos	Estágio	Oferecer oportunidades de estágio aos estudantes do IFRO	Estágios ofertados.
Ministério do Trabalho e Emprego	Jovem Aprendiz	Oferecer oportunidades de emprego aos jovens de 15 a 24 anos, com aproveitamento para estágio	Todos os <i>campi</i> já credenciados; projeto em elaboração.

PARCEIROS	PROJETOS	OBJETIVOS PRINCIPAIS DA PARCERIA	RESULTADOS JÁ ALCANÇADOS
Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA	NEDETs	Constituir Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial	Constituição de quatro Núcleos nos <i>campi</i> Porto Velho Calama, Ariquemes, Cacoal e Vilhena.
Fapero	Redinova	Desenvolver a Redinova e transferir tecnologias	Em andamento.
Senai/RO	Redinova	Desenvolver a Redinova	Em andamento.
FIERO	Redinova	Desenvolver a Redinova e transferir tecnologia	Em andamento.
Associação Rondoniense de Municípios	Redinova	Desenvolver a Redinova	Em andamento.
Ulbra	Redinova	Desenvolver a Redinova	Em andamento.
Sindicato dos Administradores do Estado de Rondônia	Redinova	Desenvolver a Redinova	Em andamento.
Instituto Norte Amazônia de Apoio ao Terceiro Setor	Redinova	Desenvolver a Redinova	Em andamento.

Quadro 03 – Parcerias estabelecidas entre o IFRO, instituições e setor produtivo
 Fonte: PROEX/IFRO – Ano 2017

Há outras parcerias formalizadas entre os *campi* do IFRO e a comunidade externa, apontadas por eles na contextualização de suas ações.

Além das parcerias, devem ser consideradas também as participações em Editais e Chamadas Públicas que envolvem o fomento para o desenvolvimento de projetos. Podem ser citadas as seguintes participações, incentivadas e orientadas pelo IFRO: no projeto de criação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), fomentados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário; na Chamada Pública 21/2016, de implantação dos Núcleos de Estudo e Centros Vocacionais Tecnológicos em Agroecologia e Produção Orgânica, lançada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (MAPA), Ministério da Educação (MEC) e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (SEAD); e, dentre outras, na Chamada Pública 1/2016, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para implantação de projetos de eficiência energética e minigeração de energia alternativa.

2.7.4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Além dos serviços de formação profissional, o IFRO deve também oferecer assessoria técnica, que incluem orientação vocacional, instruções para processos produtivos, desenvolvimento de negócios e outros, por meio da extensão técnica e tecnológica, conforme as demandas levantadas, as áreas de interesse, a infraestrutura de pessoal, material, espaços, equipamentos e recursos financeiros.

A transferência de tecnologia é outro serviço fundamental, que envolve a geração e o uso de produtos e serviços inovadores no Estado e fora dele. Alguns produtos patenteados, inclusive, estão sendo disponibilizados para o desenvolvimento social, como o baralho químico para aplicação em salas de aula da Educação Básica.

A criação da Rede de Incubadoras do IFRO (Redinova) já iniciou os processos de incubação nos *campi* Porto Velho Calama e Porto Velho Zona Norte, envolvendo oito empreendimentos. Essa ação vai se estender para outras instituições, nos processos de parceria, para aumentar o volume de oportunidades de negócios no Estado. Neste sentido, os serviços de extensão começam a ampliar o alcance e efeitos de indução do desenvolvimento regional, com fortalecimento de APLs.

A certificação de competências é um serviço também a ser implantado para atendimento às necessidades de reconhecimento das experiências dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, conduzi-los a processos de formação ainda não iniciados ou experimentados em sua trajetória profissional. Com essa política, há um fomento da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada e a ampliação das oportunidades de trabalho nas condições em que se exige a certificação ou o reconhecimento.

2.8 POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

O principal objetivo da política institucional de pesquisa é fomentar projetos e bolsas de pesquisa para servidores, alunos e pesquisadores parceiros para desenvolverem projetos em áreas de atuação do IFRO, como uma atividade indissociável do processo de ensino e aprendizagem. Junto com o ensino e a extensão, a pesquisa e inovação tecnológica foram os eixos formativos para os alunos que ingressam no IFRO. As temáticas desenvolvidas têm relação com os conteúdos trabalhados nos currículos dos cursos e advém de demandas da sociedade. Como resultado, o IFRO forma profissionais capazes de identificar problemas, propor causas, possíveis soluções e executar propostas inovadoras em seu ambiente de trabalho e produção.

A Pós-graduação é hoje ofertada na modalidade *Lato Sensu*, com cursos de 360 horas, em diversas áreas de conhecimento. O planejamento é para que, no período de 2018 a 2022, sejam ofertados cursos de mestrado profissional nas áreas de maior concentração de cursos, docentes e produção científica, além do alinhamento com as demandas locais.

A implantação da Pós-graduação *Stricto Sensu* está relacionada diretamente ao desenvolvimento de pesquisa, com os trabalhos de dissertação, integrando, assim, o ensino da Pós-graduação com o desenvolvimento de Pesquisa e Inovação.

Para isso, alguns meios e ferramentas são desenvolvidos:

- Políticas institucionais: O IFRO possui políticas institucionais de pesquisa, de incentivo à participação em eventos e deverá trabalhar na Política Institucional de Pós-Graduação e na de Inovação Tecnológica;
- Projetos de Pesquisa e Inovação Tecnológica: Seguindo os critérios da Política Institucional de Pesquisa e do Regulamento para pagamento de bolsas e taxas de bancada, o IFRO fomenta a execução de projetos de pesquisa e inovação tecnológica, coordenado por servidores e com

participação de alunos, com duração de 12 meses. As propostas são selecionadas através de editais de fomento para auxílio financeiro e bolsas de pesquisa;

- Grupos de Pesquisa: Seguindo os critérios do Diretório de Grupos de Pesquisa e da Regulamentação dos Grupos de Pesquisas do IFRO, pesquisadores docentes, técnicos e alunos podem se reunir em linhas de pesquisa, com objetivos em comum e solicitar o registro do Grupo de Pesquisa. A PROPESP, como representante institucional, certifica e cadastra os Grupos de Pesquisa do IFRO na Plataforma Carlos Chagas do CNPq;
- Eventos: Organizados ou não pelo IFRO, mas voltados ao caráter científico e tecnológico, como palestras, *workshops*, seminários, congressos, com apresentação de trabalhos e resultados de pesquisas científicas;
- Inovação tecnológica: desenvolvimento de produtos, processos, softwares ou marketing, passíveis de registro de propriedade intelectual em órgãos competentes, como o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI);
- Prestação de serviços: através do Núcleo de Inovação Tecnológica, o IFRO pode oferecer o processo de registro de propriedade intelectual para inventores externos, atendendo a regulamentação interna.

2.8.1 FOMENTO A GRUPOS E LINHAS DE PESQUISAS

O IFRO, através da PROPESP, tem incentivado a criação de Grupos de Pesquisas, certificados pela Instituição no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, através da [Resolução nº 16/CONSUP/IFRO, de 03 de julho de 2015](#). O número de Grupos de Pesquisa passou de 19 para 34 no período de dezembro de 2014 a julho de 2017.

O aumento do número de Grupos de Pesquisa deve-se ao aumento do quadro de servidores, bem como ao incentivo da Instituição, com a exigência de cadastro nos Grupos, de servidores e alunos candidatos a uma das políticas institucionais de pesquisa, como participação nos editais de projetos de pesquisa, eventos e mobilidade.

Após a criação dos Grupos de Pesquisa, os integrantes podem concorrer a editais de investimento,

sendo que foram publicados dois Editais em 2015, com o investimento total de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), e um edital em 2016, com o valor total de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais). Para 2017, está prevista a publicação de um edital no valor total de R\$ 340.000,00 (Trezentos e quarenta mil reais), respeitando o aumento da demanda de investimento em Grupos de Pesquisa.

Os editais auxiliam na estruturação dos Grupos de Pesquisa e garantem uma estrutura mínima para os pesquisadores do IFRO.

Para implantação dos Grupos de Pesquisa, é exigido o delineamento de linhas de pesquisa, as quais o IFRO incentiva que sejam determinadas com o objetivo de integrar pesquisadores, desenvolver projetos e publicar resultados em revistas qualificadas, em linhas de pesquisa que sejam alinhadas a propostas de implantação de cursos de Pós-graduação Stricto Sensu e a demandas regionais. Linhas de pesquisa fortes e coesas são um dos principais critérios de avaliação da CAPES para implantação de cursos de mestrado.

2.8.2 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O incentivo a projetos de pesquisas é um dos principais meios de atuação da PROPESP, através do Programa Institucional de Pesquisa - PIP ([Resolução nº 26/CONSUP/IFRO, de 22 de julho de 2015](#)), fomentado através do Regulamento de pagamento de bolsas e taxas de bancada do IFRO ([Resolução nº23/CONSUP/IFRO de 09 de julho de 2015](#)), garantido através da publicação regular de editais para seleção de projetos de pesquisas desde 2009. Até hoje, aproximadamente, 1.100 projetos de pesquisas foram desenvolvidos pelos servidores do IFRO e a média anual hoje é de 250 projetos.

Os temas desenvolvidos estão alinhados principalmente às áreas de ofertas de cursos, demandas da sociedade e formação acadêmica dos servidores, e todos os projetos possuem como integrantes alunos, contribuindo, assim, na sua formação profissional.

2.8.3 ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS PARA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A identificação de parceiros para a realização de diversas atividades tem sido incentivada no âmbito da PROPEP, em um trabalho conjunto com a PROEX. Os objetivos em buscar outras empresas públicas federais, estaduais ou municipais e empresas privadas, além de cooperativas e organizações não governamentais, têm sido principalmente:

- Identificar áreas para oferta de cursos de Pós-graduação e também, elaborar propostas de cursos em conjunto, conforme regras da CAPES, como uma alternativa de alcançar os critérios exigidos para cursos novos;
- Para transferir a tecnologia desenvolvida nos projetos de iniciação tecnológica do IFRO, pois, embora o número de pedidos de registro de propriedade intelectual, como patentes de invenção, patentes de modelo de utilidade e softwares sejam bem difundidos no âmbito institucional, é necessário garantir a transferência dessas tecnologias, para que efetivamente sejam reconhecidas como inovação e o IFRO cumpra seu papel institucional;
- Identificar uma demanda induzida para desenvolvimento de produtos e processos, como forma de atender aos arranjos produtivos sociais locais e de garantir, ou ao menos facilitar, o processo de transferência de tecnologia;
- Captar recursos externos através de fundos específicos e programas de incentivo dos Governos para as empresas investirem em Ciência e Tecnologia;
- Desenvolvimento de projetos de pesquisas em conjunto, entre IFRO e instituições de ensino, pesquisa e extensão parceiras, otimizando recursos e desenvolvendo áreas de conhecimento de interesse para o estado.

2.8.4 DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

A PROPEP incentiva que os resultados dos projetos de pesquisas científicas e de inovação tecnológicas desenvolvidos no IFRO sejam publicados através de comunicações rápidas em eventos científicos

especializados, bem como, e principalmente, de artigos completos, em periódicos científicos qualificados na área de atuação do servidor e do IFRO.

Atualmente, a publicação de artigos é o principal meio de divulgação a ser trabalhado com os pesquisadores, visto que é o principal critério analisado pela CAPES, para aprovar a oferta de curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

Outros meios de divulgação, através de oferta e participação dos pesquisadores em palestras e demais modalidades de eventos e entrevistas em mídia social, são incentivados como uma das formas de popularizar a ciência e divulgar as ações institucionais.

A PROPESP tem publicado regularmente, desde 2015, editais para fomento à:

- Participação de alunos em eventos científicos no país;
- Participação de servidores em eventos científicos no país ou exterior;
- Mobilidade de alunos para realizar uma atividade de pesquisa ou extensão tecnológica em uma instituição no país, por até 21 dias;
- Mobilidade de servidores para realizar uma atividade de pesquisa ou extensão tecnológica em uma instituição no país ou exterior, por até 21 dias;
- Participação em eventos de interesse institucional, como o Congresso Norte Nordeste de Pesquisa (CONNEPI) e da Reunião Anual da Sociedade para o Progresso da Ciência (SBPC).

O principal evento de divulgação científica e integração entre servidores e alunos do IFRO é o Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONPEX) do IFRO. Em 2017 ocorrerá a quinta edição do evento, em que são congregados os seguintes subeventos:

- Seminário de Iniciação Científica;
- Seminário do Programa Institucional de Pesquisa (PIP);
- Seminário de Dissertações e Teses;
- Seminário do Programa de Extensão;

- Mostra de Extensão;
- Mostra de Inovação Tecnológica;
- Seminário de Educação Inclusiva e Diversidade;
- Seminário do Programa de Iniciação à Docência (PIBID);
- Mostra de Práticas Exitosas no Ensino.

No CONPEX são ofertadas palestras, minicursos, oficinas, apresentação de trabalhos na forma oral e em painéis e, a partir de 2017, olimpíadas e competições em diversas áreas de conhecimento. A expectativa é abrir o evento para participação da comunidade externa para garantir a divulgação e integração do IFRO com a sociedade.

2.8.5 PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA

A PROPESP publica, regularmente, editais para seleção de livros de servidores, com ou sem participação de autores externos à Instituição, desde 2014. Além da publicação de livros, o IFRO possui quatro periódicos regulares, sendo a Revista de Desenvolvimento e Inovação (ISSN: 2317-3890), Revista Práticas Discursivas Amazônicas (ISSN 2179-104X), Revista Educação Tecnológica (ISSN: 2447-7680) e Científica e Revista Plutarco (em registro).

Para garantir a publicação das revistas e livros, além de outros meios, como comunicações técnicas, será necessário maior investimento na Editora do IFRO, com espaço físico, equipamentos e pessoal para os próximos anos.

2.9 POLÍTICAS DE GESTÃO

A [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, coloca a gestão democrática como principal forma de integração da educação com a nova organização social. Dessa forma, a Lei não deixa dúvidas de que as instituições educacionais devam aproximar-se da

comunidade, fazendo parte dela e fazendo com que ela também participe de forma ativa dos processos. Ainda em conformidade com a legislação, ou seja, considerando como referência a autonomia institucional e a gestão democrática como elementos sustentadores de sua base, compreende-se que os interesses e anseios da comunidade institucional delimitarão as normas de organização dos processos de forma coletiva.

A gestão democrática está associada à democracia participativa. A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada escola sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para escola pública.

No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios, são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidos nessa vivência. A escola torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos. A gestão democrática adotada contempla a autonomia do IFRO e a participação na tomada de decisões, amparada em uma concepção sociocrítica, e implica processos de participação, autonomia e delegação de poder, o que sugere corresponsabilidade.

É importante destacar, entretanto, a distinção entre autonomia e soberania. Soberania é prerrogativa da nação, emanada do povo, como expressão maior da democracia. Assim, a autonomia deve ser exercida nos limites de um projeto de nação esculpido democraticamente pela população, e a este devem estar submetidos os interesses específicos de qualquer representação, por mais legítimos que sejam. Ao estabelecer uma estrutura *multicampi*, em que todos os *campi* possuem um elevado e isonômico grau de autonomia, afirma-se o território como dimensão essencial de sua função. Consequentemente, na configuração dessa esfera exterior (os limites do território), estabelecem-se os princípios para sua ação, comprometida com o desenvolvimento local e regional, não cerceadores de sua autonomia.

Essa circunscrição do local e do regional vem, sobretudo, enriquecida do sentido maior da construção da autonomia dessas regiões; e, tomando como base suas identidades, estabelece formas de diálogo permanente, na perspectiva da superação de limites que favoreçam a exclusão.

A consolidação do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se configurou com a criação de um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, e deverão responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos tecnológicos e de suporte aos arranjos profissionais, e permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico.

Assim, o modelo de Instituto Federal surgiu como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Configurando-se como uma estrutura *multicampi*, o IFRO precisa aprimorar mecanismos de gestão que permitam a plena autonomia dos *campi* e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os *campi* atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada *campus* puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido.

Isso, entretanto, requer a definição de políticas institucionais claras em termos pedagógicos, administrativos e financeiros. Em adição, está em aprimoramento a definição e adoção de princípios e diretrizes de gestão adequada à nova institucionalidade, que subsidiem e orientem os níveis de autonomia e de descentralização praticados, de modo a possibilitar o cumprimento das finalidades do Instituto de forma integrada e efetiva.

2.9.1 RELEVÂNCIA

Atualmente, gerir envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. Conseqüentemente, o gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições totalmente diferentes do que antes. Nesse contexto, entende-se que gestão é uma prática social, dependendo de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida.

Na gestão pública, essas variáveis têm ainda maior influência, pois a capacidade de mediação é um dos requisitos fundamentais. A diversidade de opiniões será considerada como parte do processo democrático e participativo, de forma a contribuir para o fortalecimento e a construção da identidade institucional. Nessa perspectiva de gestão democrática, destaca-se o papel do gestor como mobilizador constante da comunidade acadêmica, de modo a tornar possível o processo democrático e participativo.

Nos processos de gestão é fundamental ressaltar que as pessoas são os agentes das mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte da instituição, identificando-se com seu trabalho e assumindo-se corresponsáveis no desenvolvimento dos processos.

Assim, a formação continuada tem fundamental importância, pois além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional dos servidores de modo articulado ao projeto e às finalidades da instituição. É imprescindível, ainda, que se promova o espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço contribui para a formação dos sujeitos e, sobretudo, qualifica as decisões e ações, e todos crescem e aperfeiçoam sua condição de cidadãos.

O modelo de gestão refere-se ao arranjo relativo ao “como fazer”. Atualmente entende-se que o modelo de gestão deve cuidar dos processos de aprendizado organizacional, necessários à evolução da organização, tanto em sua dimensão operacional (uso dos recursos) como em sua dimensão estratégica (realocação dos recursos), dada a evolução do ambiente e da própria organização. É o modelo planejado sobre como a organização deveria ser estruturada e gerida, para que atenda determinados objetivos e finalidades definidos em certo momento.

Trata-se de agir com efetividade, propiciando que a Instituição evolua continuamente. É fundamental que a gestão da instituição seja essencialmente voltada para o atendimento de seus públicos estratégicos, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão. Dar continuidade

ao uso de um modelo de gestão democrática e expandir a adoção desse modelo abrem caminho para a inovação gerencial.

O gerenciamento da Instituição educacional requer, além do estabelecimento de uma nova política de atuação, também uma concepção de gestão que permita administrar os diferentes atores organizacionais e recursos necessários. Assim, nesta perspectiva de renovação, destaca-se também o cenário político que, por meio de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais do país, tem contribuído sobremaneira para o resgate das instituições educacionais.

A nova realidade organizacional do IFRO aumenta a sua responsabilidade relacionada ao atendimento das demandas sociais, pois os Institutos Federais têm, como uma de suas finalidades, a formação de educadores. Entender o contexto em que se atua, seja do ponto de vista regional, nacional ou até internacional, é fundamental para todo o corpo de servidores e discentes. Um modelo de gestão focado nas necessidades sociais, buscando superá-las, fomentará um referencial para desenvolver as políticas da instituição.

2.9.2 AVALIAÇÃO

A avaliação institucional distingue-se como um processo de retratar, verificar, pesquisar determinada realidade de uma instituição, com o objetivo não só de conhecê-la, mas também de modificá-la quando necessário. Ela está comprometida com aquilo que se deseja alterar, partindo da avaliação autocrítica, que vai proporcionar condições de rever a sua realidade. Destaca-se a importância da promoção da avaliação sistemática dos processos, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo.

A avaliação institucional consiste em obter dados quantitativos e qualitativos para efetuar análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição.

Essa avaliação deve ser abrangente e aberta a todos os envolvidos nos processos. Portanto, essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão, garantindo a democracia e a transparência. Ela está diretamente relacionada ao cumprimento das finalidades da instituição; compreende a análise

quantitativa e qualitativa dos processos pedagógicos, dos cursos oferecidos, das condições disponíveis, relacionando-os às demandas educacionais.

Essa avaliação acontecerá, sistematicamente, associada a cada processo e a cada ação da instituição, de tal maneira que sempre indagará se as práticas realizadas correspondem à instituição, ao currículo, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão que se deseja.

O IFRO, dentre as ferramentas de avaliação existentes, vem utilizando também a sistemática da Comissão Própria de Avaliação (CPA) como um dos instrumentos de avaliação institucional, de modo a aprimorar a utilização dos resultados nos processos diretivos, aliando-os às ferramentas de gestão.

A avaliação, portanto, deverá, no futuro, estar presente em todos os níveis de ensino do IFRO, de modo que seja um processo cíclico e contínuo, reflexivo, individualizado e coletivo, múltiplo e participativo, voltado a realimentar os processos e a redimensioná-los para promover as mudanças necessárias, a fim de se alcançar as finalidades e metas do IFRO.

É importante considerar também a adoção, por parte do IFRO, de formas mais flexíveis de organização do trabalho, tais como estruturação de fóruns para discussão e decisão, formação de grupos de trabalho multidisciplinares para solução de situações específicas, elaboração de projetos para captação de recursos e outros.

A consolidação dos órgãos colegiados, de caráter consultivo ou deliberativo, concebidos sob a ótica dos princípios democráticos e funcionando sob a vertente da metodologia participativa, tem se revelado um importante diferencial e um desafio para a comunidade acadêmica. Destaca-se o importante papel dos colegiados enquanto instrumentos integradores, facilitando a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos diferenciados que compõem a rede IFRO.

2.9.3 PRINCÍPIOS

Para garantir uma gestão pautada na democracia participativa, na perspectiva da inclusão e na

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações do IFRO se nortearão pelos seguintes princípios:

- Garantia da gestão pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente e participativa para toda a organização do Instituto;
- Respeito às leis e normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas;
- Garantia do cumprimento dos direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica, bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores;
- Ensino como atividade principal do IFRO, em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos *campi*;
- Zelo quanto à identidade de Instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Respeito à pluralidade de ideias;
- Integração, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e boas práticas na comunidade acadêmica;
- Promoção de políticas inclusivas, que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito;
- Incorporação dos avanços tecnológicos e estabelecimento das condições necessárias para que os trabalhos nos diversos *campi* e na reitoria sejam realizados de forma integrada e em rede;
- Transparência para disponibilizar aos cidadãos interessados informações relacionadas à atuação institucional, sendo essa uma condição de participação da cidadania no centro do processo democrático e de controle social das políticas públicas.

2.9.4 DIRETRIZES

Considerando que o IFRO prima por sua função social, é importante que sua gestão (pedagógica e administrativa) seja democrática e transparente, para que, na pluralidade de visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

A organização política, pedagógica e administrativa para o funcionamento do IFRO levará em consideração as seguintes diretrizes:

- Consolidar a identidade institucional, promovendo a reflexão e a disseminação das concepções de educação profissional, científica e tecnológica;
- Institucionalizar o modelo de gestão em rede a partir dos conceitos de interdependência, auto-organização, igualdade e solidariedade;
- Criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a gestão em rede do Instituto, sempre respeitando a autonomia e identidade dos *campi*;
- Fortalecer e valorizar os *campi*, respeitando as suas potencialidades e especificidades;
- Realizar de forma contínua a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto, garantindo, sobretudo, a melhoria do processo de gestão;
- Pesquisar e implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão;
- Avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos, buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação as condições necessárias para atender às necessidades da comunidade;
- Avaliar constantemente as atividades desenvolvidas com a comunidade, prestando contas e promovendo os ajustes necessários;
- Promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de forma participativa, implementando instrumentos que possibilitem a composição e a utilização de indicadores de gestão;
- Propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais e educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborar nos processos educativos;
- Garantir espaços de discussão e integração de cada segmento para encaminhamento de solicitações específicas, visando à formação de lideranças para o exercício da representatividade;
- Envolver a comunidade, mediante suas organizações sociais, nos processos decisórios relativos à atuação do IFRO;
- Assegurar, para o exercício da cidadania, que a instituição seja espaço de formação e participação;

- Promover as condições necessárias para a participação organizada, transparente e democrática dos integrantes da comunidade acadêmica no processo decisório;
- Promover, sistematicamente, a melhoria das condições físicas e materiais, assim como a adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais;
- Criar mecanismos de ampliação dos recursos financeiros, garantindo o caráter público e gratuito de todos os cursos mantidos pelo Instituto;
- Promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos que constituem a comunidade acadêmica do IFRO;
- Promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do Instituto e à socialização de seus trabalhos;
- Buscar articulação com diferentes parcerias para viabilizar a proposta política, pedagógica e administrativa, valorizando a comunidade onde a instituição está inserida;
- Reivindicar, nos espaços apropriados, os direitos dos servidores e da instituição;
- Garantir a comunicação efetiva do IFRO com seus públicos estratégicos, salientando que todos tenham acesso à informação de forma igualitária, qualificando o processo de gestão;
- Estabelecer mecanismos que permitam a prática de princípios éticos e de valores humanos mais solidários nas práticas da Instituição;
- Promover ações inclusivas que visem ao acesso, à permanência e ao êxito do aluno, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão;
- Desenvolver um programa de formação continuada de gestores e novas lideranças;
- Desenvolver programas de formação continuada de servidores;
- Possibilitar a gestão adequada de dados, de informações e do conhecimento estratégico institucional, adotando, com inovação, indicadores e sistemas de informação gerenciais.

2.9.5 POLÍTICAS

Políticas de gestão consistem nas definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, de acordo com sua missão e visão de futuro. Elas são consideradas os objetivos maiores que nortearão o planejamento estratégico. Na construção dessas políticas, é

fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, as diretrizes, a missão, a visão e os valores institucionais.

Assim, apresentam-se a seguir as principais dimensões para as quais o Instituto vem propondo políticas:

- **Inclusão:** as políticas inclusivas devem centrar-se no eixo da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e basear-se nos direitos individuais do público a que se destina;
- **Tecnologia da Informação:** desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a garantir o uso racional e coordenado dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Além disso, apresentar uma imagem uniforme do IFRO através de produtos de tecnologia da informação e sistemas de comunicação do IFRO;
- **Segurança da Informação:** desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a eliminar ou reduzir riscos aos quais as informações geradas ou mantidas pelo IFRO estão expostas;
- **Comunicação:** estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do IFRO. A Política de Comunicação deverá ser implantada e abordará temas especiais que se reportam a processos, estratégias ou situações relevantes que devem merecer atenção especial dos profissionais de comunicação do IFRO e de seus gestores, nos vários níveis de decisão, além da atenção dos demais servidores, uma vez que se trata de um compromisso assumido por todo o Instituto;
- **Internacionalização:** desenvolvimento e implantação de programas que possibilitem o fortalecimento da internacionalização do IFRO com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica;
- **Responsabilidade Econômico-Socioambiental:** a política de responsabilidade econômico-socioambiental do IFRO deve conter um conjunto de práticas, ações e iniciativas capazes de tornar efetivo o princípio das funções econômica, social e ambiental, mediante adoção, implementação e gestão de atividades em benefício da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas, bem como o desenvolvimento do ser humano e da cultura da sustentabilidade. Essa política deve ser compreendida como uma responsabilidade legal e um compromisso social

da instituição com a comunidade;

- Infraestrutura:
 - Gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IFRO, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, tendo em vista as demandas sociais, ambientais e a gestão democrática participativa;
 - Proposição de Planos Diretores específicos para a operacionalização das políticas.
- Gestão de Pessoas: a política de gestão de pessoas contempla o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional e a valorização do servidor em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas e critérios institucionais; o fortalecimento dos processos de fixação dos servidores nos *campi*; e o fortalecimento de processos de mobilidade dos servidores;
- Gestão da Informação e do Conhecimento: promoção da utilização de fundamentos teórico-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular a identificação, o armazenamento, a criação, a aplicação e a socialização de informações e conhecimentos estratégicos relevantes para a gestão institucional;
- Governança Corporativa:
 - Concepção de instrumentos e estratégias de gestão que possibilitem o desenvolvimento das atividades institucionais de forma integrada e em rede, de modo a subsidiar o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional. Deve se levar em consideração a identidade institucional, a implementação das políticas públicas e a relação com a Rede Federal EPCT e demais instituições de ensino, pesquisa e extensão;
 - Estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados nos princípios da administração pública, da equidade, da solidariedade, da transparência

e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação, acompanhamento e execução orçamentária.

2.10 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A responsabilidade social é um princípio que regula as ações das pessoas, empresas ou instituições com atenção aos impactos que podem ser gerados sobre as comunidades, grupos e meio ambiente, tendo em vista os direitos humanos, a sustentabilidade e, sempre que possível, os benefícios à sociedade. Todos os serviços do IFRO devem estar imbuídos de responsabilidade social, no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

Podem ser citados como responsabilidade social o atendimento a grupos vulneráveis, a redução das desigualdades socioeconômicas, o aumento da escolaridade, as medidas de mitigação ou prevenção de danos ambientais, o fomento ou incentivo a práticas empreendedoras e de geração de emprego e renda, dentre outras. As atividades para tal fim vêm se tornando prioritárias, seja por iniciativas próprias ou a partir de políticas públicas. Empresas, ONGs, governos e outros tipos de organização são importantes nessa causa. As previsões dos Institutos Federais são já estabelecidas em suas finalidades e objetivos, dispostos na [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#).

O IFRO atua na promoção do desenvolvimento regional sustentável, com foco na ciência e tecnologia, por meio do ensino, pesquisa e extensão, formando pessoas capazes de transformar a sociedade rondoniense, comprometida com a transformação social e fundamentada na ética e na cidadania. A política de cotas raciais para ingresso nos cursos, o desenvolvimento de projetos específicos junto a agricultores de base familiar, os processos de inclusão de grupos quilombolas, indígenas, apenados e outros em capacitações e demais serviços, o fomento a propostas de empreendedorismo e inovação, as orientações para ingresso no mercado de trabalho por meio do emprego ou do próprio negócio são algumas das diretrizes que regulam as atividades e investimentos do Instituto em direção ao compromisso e responsabilidade social.

Como experiências de sucesso, podem ser citados programas e projetos específicos, a exemplo da Escola de Conselhos, da Rede de Incubadoras de Empresas do IFRO (REDINOVA), do Projeto Empoderamento da Mulher, do incentivo a Empresas Juniores, da institucionalização dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, das transferências de tecnologias, da Campanha IFRO Solidário, e dos Projetos de Práticas Empreendedoras.

O Núcleo de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia – Escola de Conselhos tem por objetivo promover a capacitação de Conselheiros no Estado, com atendimento nos 52 municípios do Estado e formação a mais de 600 conselheiros.

A Rede de Incubadoras de Empresas de Rondônia, denominada REDINOVA, é um agente facilitador do processo de geração e consolidação de empreendimentos inovadores, por meio da formação complementar de empreendedores, nos aspectos técnicos e gerenciais, em áreas compatíveis com as atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas pelos *campus*. A Rede de Incubadoras tem como parceiros, no desenvolvimento de suas atribuições, as Entidades e Empresas integrantes do sistema de Incubação do IFRO, bem como outras que venham posteriormente celebrar convênio. Assim o IFRO oferece a oportunidades de criação de novos negócios para a geração de emprego e renda e o consequente desenvolvimento regional, usando o empreendedorismo e a inovação como ferramentas.

O Projeto Empoderamento da Mulher é uma ação do IFRO em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e tem como objetivo oferecer formação inicial e continuada às mulheres em vulnerabilidade socioeconômica dos Territórios da Cidadania e Identidade Rural do Estado de Rondônia. Especificamente, o projeto prepara as mulheres para a empregabilidade e a criação de negócios com características empreendedoras na região, de forma autônoma e emancipada. É um projeto de investimento pontual, mas se espera que possa ser reaplicado.

As Empresas Juniores do IFRO têm por objetivo incentivar e estimular a capacidade empreendedora dos alunos, proporcionando-lhes: experiência profissional e empresarial, ainda que em ambiente acadêmico; condições necessárias para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos referentes à respectiva área de formação acadêmica e técnica; oportunidade de vivenciar o mercado de trabalho,

como empresários juniores, para o exercício da futura profissão; formação qualificada para o trabalho; contribuição com a sociedade, por meio da prestação de serviços de qualidade e baixo custo, preferencialmente em projetos de impacto positivo nas vertentes social, ambiental, educacional e econômica. Essas empresas são também uma estratégia para intensificar a relação entre o Instituto e a sociedade e contribuir para o desenvolvimento regional.

Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) visam realizar assessoria aos colegiados territoriais rurais e da cidadania em Rondônia e viabilizar o acesso das populações rurais e dos povos e comunidades tradicionais deste Estado às políticas públicas universais e específicas. Tais Núcleos intensificam a presença do IFRO no meio rural, favorecendo o cumprimento de seus objetivos institucionais e responsabilidade social.

As Campanhas do IFRO Solidário promovem a integração do IFRO com os grupos em vulnerabilidade. Oferecem melhoria da qualidade de vida ou inclusão social por meio de ações estratégicas que envolvem alunos, servidores e sociedade para a melhoria da qualidade de vida e combate a todas as formas de preconceito.

A Transferência de Tecnologias e Inovação Tecnológica envolve um conjunto de conhecimentos aplicáveis aos problemas do setor produtivo. As soluções são desenvolvidas no âmbito do IFRO e transferidas a uma organização ou instituição, para a melhoria das condições de trabalho, superação de lacunas tecnológicas, instrumentalização de profissionais, otimização do tempo, eficiência nas respostas a demandas e consequente melhoria da qualidade de vida. Há diversas patentes registradas, cujos produtos e metodologias vêm sendo gradativamente aproveitados pela sociedade. Acrescenta-se a difusão cultural de saberes dos diversos campos, inclusive da filosofia e artes, ao lado daqueles das áreas científicas ou de formação direcionada dos Institutos. A cada ano são lançados editais e outras formas de descentralização para a publicação de livros, o desenvolvimento de projetos empreendedores e a realização de eventos.

Os Projetos de Práticas Empreendedoras seguem a linha de investimento para o empreendedorismo social, com vistas à geração de renda e oportunidades de trabalho. São desenvolvidos por servidores,

estudantes e comunidade externa; têm sido importantes ferramentas para a geração de novos negócios, alguns dos quais direcionados para incubação. A pesquisa, o ensino e a extensão são fortemente integrados, visto que tais projetos podem envolver formação profissional, estudo de cenários e condições de desenvolvimento e aplicação de soluções técnicas e tecnológicas.

Além dos programas e projetos supracitados, o IFRO ainda desenvolve atividades de ensino, pesquisa e inovação, e extensão que tenham vínculo direto com grupos em vulnerabilidade, tais como: agricultores familiares; camponeses; ribeirinhos; pescadores artesanais; quilombolas; extrativistas; grupos atingidos por barragens ou tragédias naturais; povos de terreiro; povos ciganos; outros povos e comunidades tradicionais e minorias étnicas; grupos de culturas populares; artistas e grupos artísticos; idosos; pessoas com deficiência; negros, crianças, adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade; lésbicas, gays, bissexuais e transexuais; pessoas em situação de rua; pessoas em situação de sofrimento psíquico; pessoas ou grupos vítimas de violência; pessoas em privação de liberdade; populações de regiões fronteiriças; população sem teto; imigrantes; desempregados; entre outras.

Ciente da sua responsabilidade social, o IFRO estabelece políticas para assegurar aos estudantes de grupos sociais minoritários, com necessidades educacionais especiais, deficientes ou com mobilidade reduzida, as condições básicas de acesso, permanência e êxito à Educação Profissional e Tecnológica de nível Médio e Superior em todas as unidades.

Com essas ações, o IFRO objetiva transformar a realidade positivamente e assim reduzir as desigualdades sociais. É a partir da realização de ações de responsabilidade social direcionadas à inclusão social e produtiva que a instituição de ensino se aproxima e se envolve com a sociedade na qual está inserida.